



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2010

ÍNDICE

Relatório de Sustentabilidade 2010

Mensagem do Conselho de Administração	1
1. Visão e Estratégia	3
2. Apresentação e Perfil Organizacional	7
2.1. Organização	8
2.2. Evolução Histórica	8
2.3. Competências e serviços prestados	9
2.4. Área de jurisdição	11
2.5. Estrutura operacional	11
2.5.1. <i>Hinterland</i> e proximidade de regiões espanholas	11
2.5.2. <i>Foreland</i>	12
2.5.3. Zonas Portuárias	13
2.5.4. Acesso Terrestre	15
2.5.5. Acesso Marítimo	15
2.6. Localização	16
2.7. Dimensão	16
3. Parâmetros para o Relatório	18
3.1. Perfil do Relatório	19
3.2. Âmbito do Relatório	19
4. Governança, compromissos e envolvimento	20
4.1. Governança	21
4.1.1. Estrutura de Governança	21
4.1.2. Envolvimento das partes interessadas	24
4.1.2.1. Clientes	24
4.1.2.2. Empresas Fornecedoras	25
4.1.2.3. Concessionários	26
4.1.2.4. Administração Central e Local	26
4.1.2.5. Comunidades Locais	26
4.1.2.6. Instituições Académicas	26
4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária	27
4.1.2.8. Colaboradores/as	27
4.1.2.9. Mapa da Estratégia da Qualidade	28
5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho	30
5.1. Indicadores de Desempenho Económicos	31
5.1.1. Desempenho Económico-Financeiro	31
5.1.2. Análise ao Investimento	33

5.1.3. Análise de tráfego e mercado	35
5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental	35
5.2.1. Gestão Ambiental	35
5.2.2. Desempenho Ambiental	36
5.2.2.1. Energia	36
5.2.2.2. Água	36
5.2.2.3. Biodiversidade	38
5.2.2.4. Emissões atmosféricas	40
5.2.2.5. Águas residuais	41
5.2.2.6. Resíduos	41
5.2.2.7. Risco de derrame	44
5.2.2.8. Conformidade	44
5.2.2.9 Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental	45
5.3. Indicadores de Desempenho Social	45
5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno	45
5.3.1.1. Emprego	45
5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo	45
5.3.1.1.2. Escalões Etários	45
5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração	46
5.3.1.2.1. Regime laboral	46
5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho	47
5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho	47
5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo	49
5.3.1.3.3. Formação e Educação	50
5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades	52
5.3.2.1. Por categoria funcional	52
5.3.2.2. Por faixa etária	52
5.3.3. Direitos Humanos	53
5.3.3.1. Não-Discriminação	53
5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva	53
5.3.3.3. Trabalho Infantil	54
5.4. Segurança	54
5.4.1. Plano de Emergência Interno (Safety)	54
5.4.2. ISPS – International Ship and Port Facility Security Code	54
5.4.3. Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro	54
5.4.4. Segurança e Higiene no Trabalho	55
6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade	56
7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores	65
7.1. Glossário	66
7.2. Critérios de cálculo	67
7.2.1. Indicadores Económicos	67
7.2.2. Indicadores Ambientais	67
7.2.3. Indicadores Sociais	68

Mensagem do Conselho de Administração

O respeito pelos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável norteia hoje todas as políticas, projectos e acções empreendidas pela APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.).

É pois com imensa satisfação que a APA, S.A. apresenta o Relatório de Sustentabilidade, referente ao ano de 2010, prosseguindo, desta forma, com os objectivos delimitados nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário, no âmbito das quais assume como uma das acções prioritárias, a publicação anual, de um Relatório de Sustentabilidade que, *“tratando a dimensão ambiental, incida, também, nas dimensões social e económica, todas elas articuladas com o sistema da própria empresa e a respectiva tomada de decisão.”*

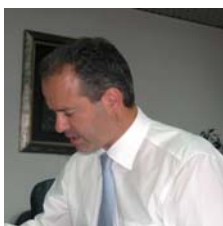
Com as iniciativas e os projectos desenvolvidos por esta administração portuária em 2010 pretendeu-se atingir três objectivos: gerar benefícios económicos para os/as clientes, accionistas e região; assegurar o equilíbrio ambiental na zona estuarina e costeira, onde o Porto de Aveiro se insere, e o desenvolvimento social de colaboradores/as e comunidade local.

O presente relatório, pretende transmitir os princípios e compromissos adoptados pela empresa em termos de sustentabilidade do desenvolvimento do seu negócio, o modo de assegurar a sua concretização e, ainda, a medição do seu grau de cumprimento.

Para a concretização deste objectivo importa dar a conhecer a visão e estratégia da empresa (capítulo 1); apresentar o seu perfil organizacional (capítulo 2); expor os parâmetros do relatório (capítulo 3); mostrar a estrutura de governação e o envolvimento das partes interessadas (capítulo 4); dar a conhecer e equacionar os principais impactes, riscos e oportunidades da nossa actividade, seja no domínio económico-financeiro, como nos domínios ambiental, social e de segurança (capítulo 5).

Como Nota Final, o Conselho de Administração da APA, S.A. agradece a todos/as os/as trabalhadores/as e colaboradores/as da empresa, à comunidade portuária e aos/às clientes, o seu constante empenho, ao longo de 2010.

O Conselho de Administração



José Luís de Azevedo Cacho
(Presidente)



Rui António Monteiro Gomes de Paiva
(Vogal)



Luís Manuel Dionísio Marques
(Vogal)

1. Visão e Estratégia

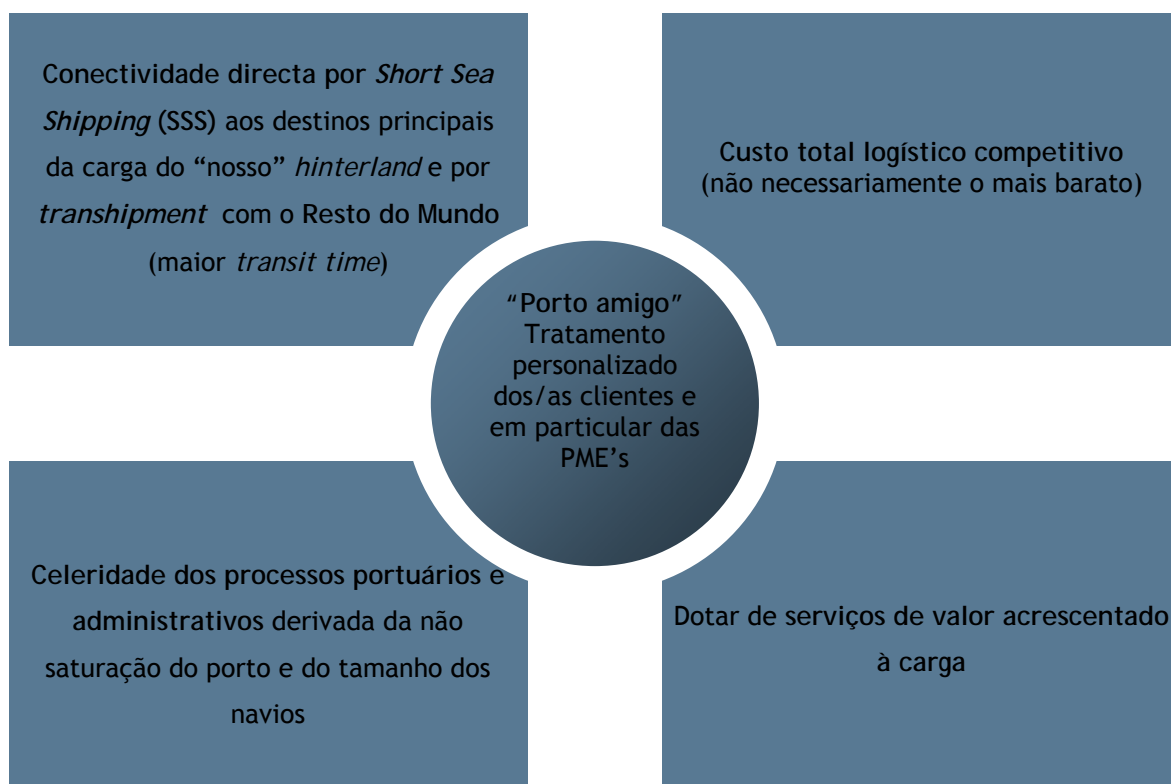
O porto de Aveiro tem como missão *“facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento económico da sua região.”*

Tendo em conta a fase de transição que caracteriza actualmente o porto de Aveiro e o imperativo prioritário de aproveitamento e potenciação das suas novas valências infra-estruturais no contexto dos mercados nacional, ibérico e internacional, a Visão do porto no horizonte 2015 foi definida fundamentalmente com base nas características endógenas do porto de Aveiro, por forma a valorizar e explorar os seus pontos fortes e a eliminar, ou minimizar, os seus pontos fracos.

O Plano Estratégico do porto de Aveiro, define para 2015 a seguinte Visão:

“O porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial”.

A proposta de Valor definida teve como foco posicionar o porto de Aveiro com “Porto Amigo”: manter o custo logístico a níveis competitivos, oferecendo uma conectividade directa por SSS e *transhipment*, possuindo processos administrativos e operativos altamente eficientes, conta com amplas zonas para acrescentar valor à carga e, sobretudo, oferece um tratamento personalizado de grande qualidade.



Para a concretização da Visão e da proposta de valor a APA, S.A. estabeleceu três estratégias a saber:

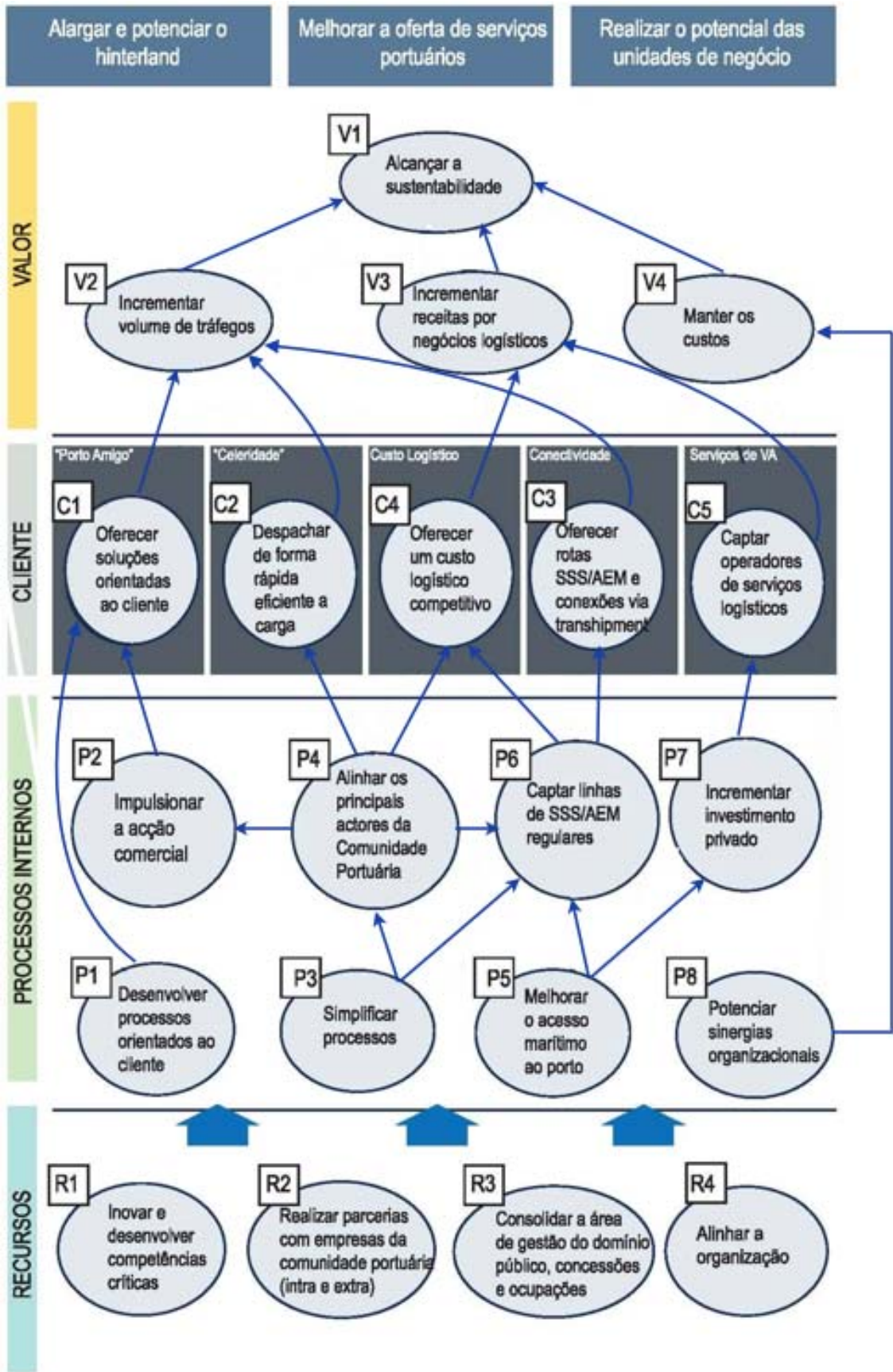
1. Alargamento e Potenciação do *Hinterland*;
2. Melhoria da Oferta dos Serviços Portuários;
3. Realização do Potencial das Unidades de Negócio.

Com as duas primeiras linhas estratégicas pretende-se potenciar os factores de competitividade endógena do porto, aproveitando:

- A boa inserção territorial do porto, decorrente do dinamismo económico do *hinterland*, da posição geográfica central do porto nesse mesmo *hinterland*, dos bons acessos terrestres e da ausência da pressão urbanística; e
- A grande capacidade em reserva no que reporta à acostagem de navios, utilização de terraplenos e valorização dos terrenos em reserva para a instalação de actividades logístico-industriais.

Com a terceira linha estratégica pretende-se superar os constrangimentos detectados nos processos de gestão e operação portuária.

No mapa da Estratégia do Grupo, apresentado abaixo, podem ser visualizados os objectivos previstos até 2015.



2. Apresentação e Perfil Organizacional

2.1. Organização

A APA, S.A. é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, que visa a exploração económica, conservação e desenvolvimento do porto de Aveiro.

Esta Administração Portuária é gerida por um Conselho de Administração, composto por um Presidente e dois Vogais, cujas competências se encontram definidas nos estatutos publicados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro.

2.2. Evolução Histórica

A génese do Porto de Aveiro está ligada à história da Ria e à obra de fixação e abertura da Barra de Aveiro. Aveiro presenciou desde meados do século XVIII sucessivas intervenções políticas, económicas e técnicas em prol da abertura da ligação do Mar à Ria de Aveiro. A história conta que desde 1757 foram inúmeros os estudos técnicos para a fixação da sua localização.

A 3 de Abril de 1808, cabe aos Engenheiros Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho a concepção do primeiro grande estudo para a abertura da obra da barra. É marcada a abertura da barra de Aveiro, constituindo este o primeiro marco para o desenvolvimento deste porto. Desde então, Aveiro cria a sua identidade, única a nível nacional, prospera com a abertura do porto ao comércio internacional, com um sector de pesca (costeira e longínqua) dos mais importantes ao nível nacional, atraindo indústrias e restituindo crescimento e riqueza à região.

Depois da fixação da barra, até meados do século XX, ampliaram-se molhes e construíram-se diques. É do engenheiro Von Hafe a autoria daquele que pode ser considerado um dos primeiros planos para o Porto de Aveiro: projecção de um porto de pesca e um porto comercial junto ao Canal de S. Roque, na cidade de Aveiro. Em meados do séc. XX é criada a Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro (JARBA) e é orientado pelo engenheiro Coutinho de Lima o “Esquema Geral do Porto Interior de Aveiro” e os planos de arranjo e exploração dos portos de Pesca do Largo (porto bacalhoeiro), do Porto de Pesca Costeira e do Porto Comercial.

Em 1974, o “Plano Director de Desenvolvimento e Valorização do Porto e Ria de Aveiro”, já com a JARBA transformada em JAPA (Junta Autónoma do Porto de Aveiro) aponta no sentido duma deslocação dos terminais portuários para zona próxima da entrada da Barra, onde hoje se situa a mais importante estrutura comercial do porto.

O ano de 1998 constitui um novo marco na história do Porto, com a conversão da JAPA em APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., sendo-lhe assim reconhecido o estatuto de porto de âmbito nacional. Com as novas competências que lhe foram atribuídas no desenvolvimento do porto e a maior autonomia, a Administração do Porto de Aveiro procedeu à revisão do “Plano de

Ordenamento e Expansão do Porto de Aveiro”, incluindo a ligação ferroviária do Porto de Aveiro à linha do Norte e a conclusão e melhorias das suas infra-estruturas.

Em 2005, já com a área de jurisdição reduzida apenas ao espaço com interesse portuário (diploma de 2002), a Administração elaborou e aprovou o “Plano Estratégico do Porto de Aveiro”, disponível em www.portodeaveiro.pt e que sustentará a gestão e futuro do porto até 2015.

A APA, S.A., é hoje uma empresa empenhada em cumprir a sua missão perante a sociedade e em garantir o futuro sustentável do porto, não deixando de valorizar o seu bicentenário histórico. É neste contexto, que o Porto de Aveiro assume como missão *facultar o acesso competitivo de mercadorias aos mercados regionais, nacionais e internacionais, promovendo assim, o desenvolvimento económico da sua região.*

De uma forma inovadora e dinâmica, a APA, S.A. assume assim um compromisso público perante a sociedade civil e comunidade portuária, evocando cinco valores fundamentais de actuação:

- Satisfação do Cliente: Orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos/as clientes;
- Rentabilização económica: Rentabilização do porto, obtenção dos benefícios para os agentes e actores portuários e geração de riqueza para a economia regional;
- Respeito pelo Ambiente: Subordinação da actividade aos valores e condicionalismos ambientais e aos princípios de desenvolvimento sustentável;
- Garantia de segurança: Garantias de segurança e prevenção dos riscos ambientais;
- Conformidade social e institucional: Observância dos princípios e políticas nacionais e europeias e compromisso com as normas de natureza ética e de responsabilidade social.

2.3. Competências e serviços prestados

Enquanto administração portuária, a APA, S.A. assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária e ainda as actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

No âmbito das aludidas atribuições, a APA, S.A. tem competências para:

- Atribuição de usos privativos e definição do respectivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe está afecto, bem como à prática de todos os actos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de actividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os actos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;

- Fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a actividades comerciais ou industriais;
- Protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à actividade portuária e sua fiscalização;
- Definir as condições de segurança de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial;
- Definir o assinalamento marítimo, precedido de parecer técnico em matéria de assinalamento, de hidrografia e das competências da autoridade marítima nacional, a submeter pelos órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, bem como a instalação, manutenção e funcionamento do mesmo;
- Preparação e emissão de avisos à navegação, sempre que se mostre necessário dar conhecimento público das limitações de condições de segurança existentes ou da sua eliminação;
- Elaborar normas especiais sobre o acesso, a entrada, a permanência e a saída de navios do porto, em matéria de segurança marítima e portuária, no respeito do disposto na regra n.º 1, alínea b, do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no mar - 1972, aprovado para ratificação pelo Decreto n.º 55/78, de 27 de Junho, e de acordo com o Regulamento de Exploração Portuária;
- Certificação da Segurança Marítima e Portuária dos navios e embarcações, quando aplicável, sem prejuízo das competências próprias do Instituto Marítimo-Portuário;
- Promoção da interacção dos centros de telecomunicações com a área de segurança portuária, planos de segurança, de contingência e de emergência, designadamente através do centro de controlo de tráfego portuário, quando exista, e da intercomunicabilidade com a entidade responsável pelo Sistema Nacional para a busca e Salvamento Marítimo;
- Estabelecer as condições de navegabilidade nas águas sob sua jurisdição, garantindo, nomeadamente a manutenção de fundos nas vias navegáveis, nos canais de acesso e zonas de manobra, junto aos cais e terminais, bem como nas áreas de fundeadouros;
- Definir o uso dos meios e das condições de prestação dos serviços de assistência à manobra de navios;
- Fixar os fundeadouros ou os seus limites e definir a sua utilização;
- Estabelecer os condicionalismos de atracação e de largada de navios em função das exigências de segurança e dos requisitos de interesse comercial;
- Promover o cumprimento dos condicionamentos de natureza administrativa ou judicial;
- Fixar as regras de manuseamento, armazenagem e transporte de cargas perigosas e fiscalizar o cumprimento das normas em vigor sobre esta matéria;
- Prevenir e combater a poluição, salvo a matéria relativa a contra-ordenações;
- Participar nas acções referentes à preservação e à protecção do património subaquático e estabelecer com as entidades competentes as condições de intervenção;
- Promover as diligências necessárias à remoção dos cascos ou destroços das embarcações afundadas ou encalhadas e de outros materiais submersos na sua área de jurisdição.

2.4. Área de jurisdição

A área de jurisdição da APA, S.A. integra:

- A faixa da costa, dentro do limite da largura máxima legal do domínio público marítimo, compreendida entre o paralelo + 108 000 (cerca de 80 metros a sul do Molhe Sul) e 50 metros a norte do Molhe Norte;
- Os terraplenos afectos à exploração e de expansão do porto de Aveiro, que incluem o Terminal Sul, o Terminal Norte, o Terminal de Granéis Líquidos, o Porto de Pesca Costeira e o Porto de Pesca do Largo;
- Os canais de navegação adjacentes aos terraplenos de exploração e expansão (e respectivas margens dentro do Domínio Público Marítimo):
 - No canal de Mira - situados a norte da ponte da Barra;
 - No canal de S. Jacinto - situados a sul do cais da Pedra;
 - No canal de Ílhavo - situados a norte da ponte da EN 109-7;
 - No canal principal de navegação, no concelho de Aveiro - a poente do vértice nascente da marinha Moleira;
 - Na cale do Espinheiro - situados a sul de uma linha que une o vértice sul da marinha Garras e o vértice norte da marinha Cancela do Mar ou Cancela do Sudoeste.



2.5. Estrutura operacional

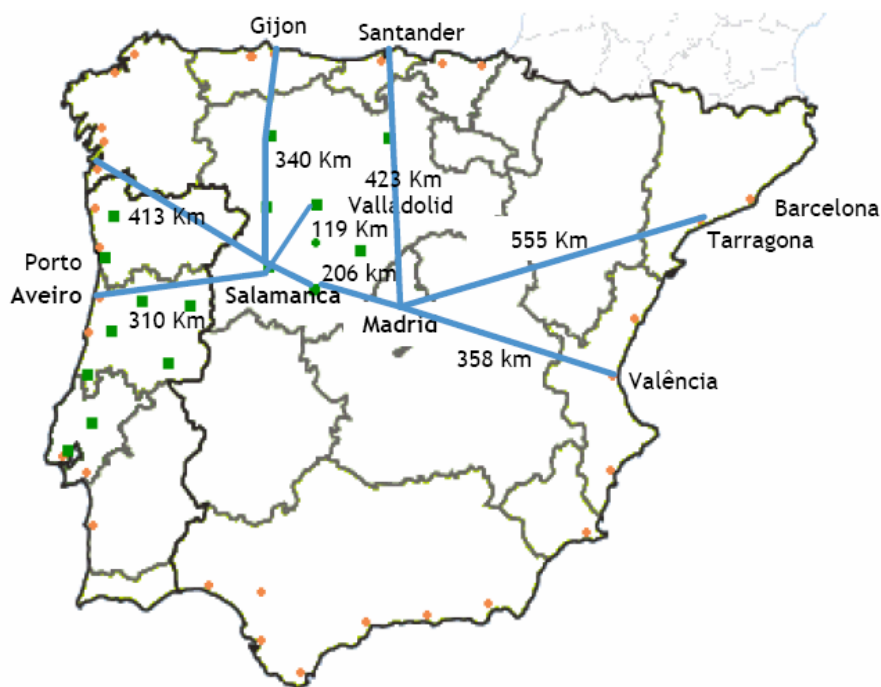
O porto de Aveiro é considerado a maior infra-estrutura de movimentação de carga geral convencional do Norte de Portugal, dado que a partir de Aveiro é possível ligação a múltiplos destinos e mercados.

2.5.1. *Hinterland* e proximidade de regiões espanholas

Concretamente, o porto de Aveiro é a infra-estrutura portuária geograficamente mais próxima da

cidade de Salamanca (310 km por estrada), possuindo, assim, uma situação privilegiada relativamente a esta cidade, bem como à zona oeste da província espanhola de Castela-Leão, onde concorre directamente com os portos da costa norte da Península, Gijón e Santander, que estão a uma distância de Salamanca superior a 340 km e 370 km, respectivamente.

Em relação a Madrid, os portos mais próximos são os do Levante valenciano, ficando o porto de Aveiro quase 1,5 vezes mais distante que o de Valência (516 km vs 358 km), o que se traduz numa situação menos privilegiada para a captação de tráfegos destinados a esse mercado.

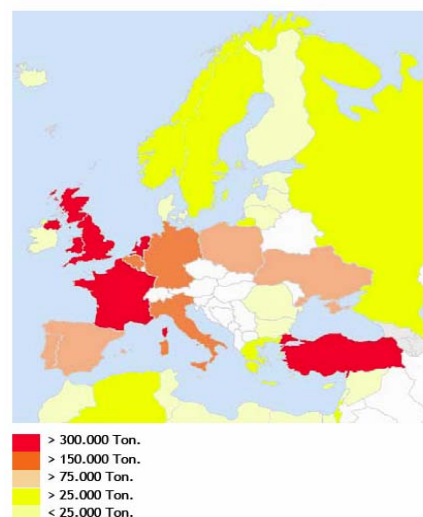


Com um tráfego anual de cerca de 3 milhões de toneladas, Aveiro é um porto multi-funcional, desempenhando um papel primordial no serviço dos diversos sectores da indústria do seu actual *hinterland*, tais como a indústria cerâmica, química, vitivinícola, metalúrgica, madeira e derivados, agro-alimentar e construção.

2.5.2. Foreland

As mercadorias movimentadas no porto de Aveiro têm origem/destino na sua quase totalidade nos países mediterrânicos e do norte da Europa, o que configura o porto de Aveiro como um *short sea port* (porto de curta distância).

O *foreland* do porto de Aveiro inclui todos os países do norte da Europa e todos os países do mar Mediterrâneo e mar Negro, com excepção da ex-Jugoslávia e do Cáucaso. Assim, 50% do tráfego é efectuado com a Holanda, França, Reino Unido e Turquia, apresentando-se também a Itália,



Alemanha, Bélgica, Polónia e Ucrânia com volumes de tráfego significativos.

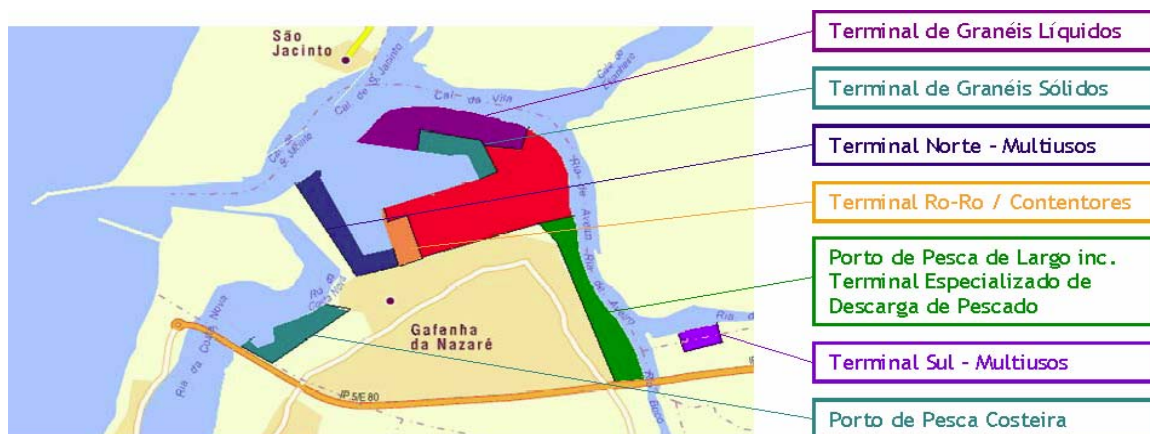
É ainda de registar o volume de tráfego efectuado com outros portos de Portugal e Espanha, superior a 200.000 toneladas por ano, e as quase 100.000 toneladas movimentadas com os países da costa atlântica do continente americano (EUA, Canadá, Venezuela e outros), o que indicia a existência de mercado potencial para o porto de Aveiro desenvolver o tráfego de média distância.

2.5.3. Zonas Portuárias

Como já referido o Porto de Aveiro, encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de recepção de navios e a melhoria na prestação de serviços aos seus clientes até 2015.

O porto de Aveiro dispõe de:

- 5 Terminais adequados para movimentar todo o tipo de mercadorias;
- 2 Terminais especializados para a pesca;
- Uma das maiores capacidades de acostagem para terminais multiusos dos portos nacionais;
- Uma grande superfície de terrapleno;
- Uma área de 130 ha servida com óptimos acessos terrestres (auto-estrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais e
- Uma plataforma Logística Portuária.



• Terminal Norte - Multiusos

Dispõe de um cais acostável de 900 metros de comprimento, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e 356.000 m² de terraplenos. A área de armazenagem a coberto é constituída por oito armazéns. Este terminal encontra-se vocacionado para a movimentação de carga geral e granéis sólidos. É actualmente utilizado para a movimentação de produtos agro-alimentares, produtos metalúrgicos, argilas, cimentos e madeira, entre outros. Dispõe ainda, de um cais de serviços, com 250 m, destinado a oferecer condições adequadas à organização dos meios logísticos.

- **Terminal de Granéis Líquidos**

Terminal especializado, destina-se exclusivamente ao tráfego de graneis líquidos, é constituído por seis pontes-cais, três dos postos de acostagem com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.) e os restantes três à cota -8 m (Z.H.). Dispõe de uma área de cerca de 466.000 m². As instalações desta zona portuária encontram-se a ser exploradas por diversas entidades privadas, que se dedicam à movimentação e armazenagem de produtos químicos, derivados de petróleo e produtos vitivinícolas.

- **Terminal de Granéis Sólidos**

Este terminal oferece um total de 750 metros de cais (350 m para graneis não alimentares e 400 m dedicados ao segmento agro-alimentar), com fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), e dispõe de uma área de 153.000 m² direccionada a clientes dedicados a estes segmentos.

- **Terminal Roll-On / Roll-Off e Contentores**

Este terminal consta de um cais com 450 metros de comprimento, fundos à cota de -12,00 m (Z.H.), 138.000 m² de terraplenos devidamente infra-estruturados, com áreas definidas para estacionamento e des(embarque) de mercadorias.

- **Terminal Sul - Multiusos**

A exploração comercial da operação neste terminal encontra-se concessionada, em regime de serviço público, à empresa Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.. Dispõe de um cais acostável com 400 metros de comprimento, fundos à cota de -7,00 m (Z.H.) e cerca de 47.000 m² de terraplenos, e movimenta principalmente produtos metalúrgicos, cimento, pasta de papel e produtos agro-alimentares.

- **Porto de Pesca do Largo**

Este terminal consta de uma regularização marginal na extensão de 1.950 m, à qual estão ligadas 17 pontes-cais com fundos à cota de -7,00 m (Z.H.), e serve fundamentalmente os armadores de pesca do largo e as indústrias de processamento de pescado.

Este sector inclui um **Terminal Especializado de Descarga de Pescado**, com 160 metros de comprimento, totalmente equipado com as infra-estruturas necessárias ao funcionamento de uma unidade desta natureza.

- **Porto de Pesca Costeira**

Este sector oferece um conjunto de infra-estruturas dedicadas à descarga, armazenagem e comercialização de pescado aos comerciantes locais. A lota e a fábrica de gelo encontram-se concessionadas à empresa Docapesca, Portos e Lotas, S.A..

Situado junto ao porto de Pesca Costeira, encontra-se o **Porto de Abrigo para Pequena Pesca**, com capacidade para 136 embarcações. Possui ainda um edifício de apoio e 72 armazéns de aprestos.

A zona portuária integra ainda áreas ocupadas com estaleiros navais e instalações diversas, licenciadas ou concessionadas a privados, bem como áreas de reserva de terrenos disponíveis para a futura implantação de actividades industriais e logísticas.

• ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais

O Porto de Aveiro conta com uma área de 130 ha servida com óptimos acessos terrestres (auto-estrada e linha férrea), situada entre o Terminal Ro-Ro e o Terminal de Granéis Sólidos onde se situa a área da ZALI - Zona de Actividades Logísticas e Industriais.

A ZALI será uma plataforma logística portuária inter modal com a missão de facilitar a implantação de empresas operadoras do sector logísticos e de empresas para as quais o factor de proximidade com o Porto pressuponha um valor acrescentado à sua cadeia logística. A plataforma dispõe de uma linha de cais de 1.080 metros com um calado de 12 metros.

• Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de Cacia

Inaugurado no dia 20 de Fevereiro de 2009, o Pólo de Cacia da Plataforma Logística Portuária de Aveiro situa-se a cerca de 9 km do Porto e inclui uma ligação directa à Linha do Norte (Porto - Lisboa).

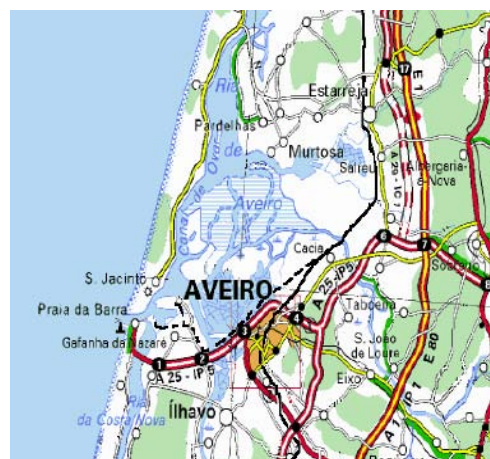
O Pólo de Cacia é caracterizado por uma área total de 98.000 m², 30.000 m² para estacionamento, 33.550 m² de área de expansão e 8 linhas (2 de carga/descarga e 6 de movimentação).

2.5.4. Acesso Terrestre

O porto de Aveiro está servido por um conjunto de acessos rodoviários, com características de auto-estrada e acessos ferroviários. Ao nível dos acessos rodoviários, o porto de Aveiro está ligado às principais cidades do país pelas auto-estradas A1, A29, A17 e A25, o que lhe permite uma fácil ligação ao seu *hinterland*. Estas auto-estradas, que se estendem até ao pórtico de entrada do porto, não estão congestionadas e não atravessam zonas densamente urbanizadas. Ao nível dos acessos ferroviários, em Dezembro de 2009 ficou concluída a ligação ferroviária à linha do Norte, integrando definitivamente o porto de Aveiro na cadeia multimodal nacional e Rede Transeuropeia de Transportes.

2.5.5. Acesso Marítimo

As características da barra de acesso ao porto de Aveiro, nomeadamente a cota de profundidade, a largura do canal de entrada e as condições de navegabilidade impostas pelas marés, limitam o gabarito máximo dos navios a cerca de 9 metros de calado e 150 metros de comprimento resultado da



dragagem de estabilização da barra de acesso marítimo ao porto à cota - 12,5m (Z. H) no âmbito do projecto de “Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar.

2.6. Localização

A sede da Administração do Porto de Aveiro situa-se no Forte da Barra, edifício 9, encontrando-se todos os seus principais terminais, com excepção do Terminal Sul (sito no concelho de Aveiro), na cidade da Gafanha da Nazaré, que possui menos de 15.000 habitantes e está integrada no concelho de Ílhavo, o qual tem cerca de 40.000 habitantes. Contrariamente ao que se verifica em outros portos nacionais da faixa atlântica central, o porto de Aveiro não está sujeito a pressões urbanas significativas.

Refira-se que o porto de Aveiro tem a preocupação de salvaguardar os imperativos ambientais associados ao facto de se situar dentro da ria de Aveiro e junto à Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto.



2.7. Dimensão

O porto de Aveiro é o quinto maior porto nacional, depois do porto de Sines, Leixões, Lisboa e Setúbal, pela respectiva ordem de movimentação de mercadorias.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2010, foi de 43,84% para os Granéis Sólidos, 31,25% para a Carga Geral e 24,91% para os Granéis Líquidos.

Contando com o empenho e dedicação de 113 funcionários/as, no ano transacto a empresa atingiu um volume de negócios de aproximadamente 11,6 milhões de euros (observando-se um decréscimo em relação a 2009 de cerca de 450 mil euros), tendo sido verificado um movimento de mais de 3,7 milhões de toneladas.

Em jeito de conclusão, o porto de Aveiro encontra-se em fase de franco crescimento, tendo como ambição aumentar a capacidade de recepção de navios e melhorar a prestação de serviços aos seus clientes até 2015, o que lhe permitirá consolidar-se como um centro vital para diversas actividades industriais e comerciais e alargar e potenciar o seu hinterland.

3. Parâmetros para o Relatório

3.1. Perfil do Relatório

A APA, S.A. compromete-se a reeditar anualmente uma nova versão deste Relatório para comunicar às partes interessadas o seu desempenho em matéria de sustentabilidade.

Este relatório foi preparado com base nas linhas de orientação da *Global Reporting Initiative* em vigor, (GRI, versão 3.0). Dos indicadores de desempenho apresentados pelo GRI foram seleccionados e calculados os que consideramos relevantes para a compreensão da sustentabilidade da empresa. Estes indicadores foram calculados para o ano em análise, bem como, e sempre que possível, para os dois últimos anos anteriores, de modo a permitir a análise comparativa e evolutiva.

Apesar do presente relatório não ter sido verificado por uma entidade externa, os dados económicos foram auditados no âmbito da auditoria ao Relatório e Contas 2010.

No capítulo 6 deste Relatório é apresentada a tabela que identifica a localização do índice GRI.

3.2. Âmbito do Relatório

As informações divulgadas neste relatório dizem respeito à actividade principal da APA, S.A., a actividade portuária.

Este documento estará disponível em www.portodeaveiro.pt, e todas as informações adicionais, comentários ou sugestões podem ser obtidas através do mesmo, na secção de apoio ao cliente.

4. Governança, compromissos e envolvimento

4.1. Governação

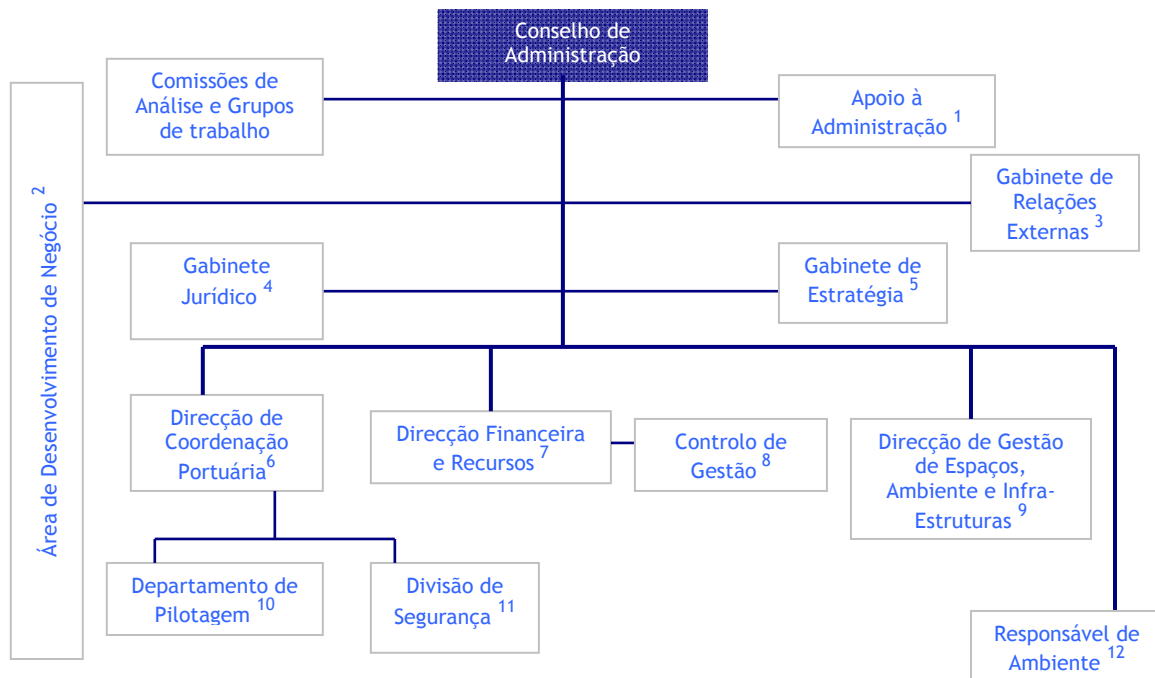
4.1.1. Estrutura de Governação

Enquanto sociedade anónima, a APA, S.A. é gerida por um Conselho de Administração composto por um Presidente e dois Vogais, tendo, ainda, como órgãos sociais a Assembleia-Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, cujas competências se encontram definidas pormenorizadamente nos estatutos aprovados no Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 40/02, de 28 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 46/02, de 2 Março e pela Deliberação da Assembleia-Geral de 31 de Março de 2008.

Nos quadros abaixo são apresentados os Órgãos Sociais da APA, S.A. que exerceram funções durante o ano de 2010.

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Assembleia-Geral (AG)			
Accionista	Accionista com direito a voto, Estado representado pela pessoa que for designada em despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministro responsável pelo Sector Portuário		_____
Mesa da AG (Presidente)	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	31-03-2008	2008/2010
Mesa da AG (Secretário)	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	31-03-2008	2008/2010
Conselho de Administração			
Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques	31-03-2008	2008/2010
Conselho Fiscal			
Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	31-03-2008	2008/2010
Vogal (1)	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	31-03-2008	2008/2010
Vogal (2)	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	31-03-2008	2008/2010
Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	31-03-2008	2008/2010
Revisor Oficial de Contas			
Efectivo	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda representada por Dr. José Pereira Alves ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia	12-09-2008	2008/2010
Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo		

Organicamente a APA, S.A. dispõe de 5 órgãos de assessoria e apoio à gestão, encontrando-se hierarquizada em 3 grandes áreas funcionais que agregam um conjunto de sectores e serviços destinados a dar cabal cumprimento às atribuições funcionais de cada área de actividade.



1 - Apoio à Administração

Objectivo: Apoiar administrativamente o Conselho de Administração, bem como auxiliá-lo no seu processo de decisão.

2 - Área de Desenvolvimento de Negócio

Objectivo: Coordenar a actividade comercial (captação, desenvolvimento e fidelização de clientes) e o Marketing.

3 - Gabinete de Relações Externas

Objectivo: Representar o porto de Aveiro em organismos envolvidos na actividade portuária afirmando o seu posicionamento no âmbito nacional e internacional.

4 - Gabinete Jurídico

Objectivo: Assegurar a prestação do apoio jurídico à APA, S.A., bem como organizar e gerir todos os processos de contencioso.

5 - Gabinete de Estratégia

Objectivo: Assessorar o Conselho de Administração na definição das grandes linhas estratégicas, através da análise dos elementos macro-económicos, das potencialidades/oportunidades de desenvolvimento e das respectivas necessidades, com vista à organização e planeamento da actividade portuária.

⁶ - Direcção de Coordenação Portuária

Objectivo: Assegurar a gestão global da actividade portuária, procedendo à execução das operações portuárias e garantindo a manutenção dos equipamentos instalados.

⁷ - Direcção Financeira e Recursos

Objectivo: Assegurar o planeamento, organização e controlo de toda a actividade operacional das áreas de Contabilidade, Financeira, Orçamental, Patrimonial, Recursos Humanos e Compras.

⁸ - Controlo de Gestão

Objectivo: Coordenar e supervisionar as tarefas ligadas às áreas de auditoria e controlo de gestão; Supervisionar a elaboração de procedimentos e definição de metodologias; Definir melhorias a introduzir na gestão e funcionamento de processos; Coordenar reuniões com os Responsáveis das diversas Áreas Funcionais.

⁹ - Direcção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infra-Estruturas

Objectivo: Coordenar toda a actividade relacionada com obras e projectos (novas construções e manutenção das existentes), bem como gerir o território e os recursos naturais, garantindo a qualidade do ambiente na área de jurisdição da APA, S.A..

¹⁰ - Departamento de Pilotagem

Objectivo: Gerir os meios materiais e humanos afectos, de modo a garantir a prestação eficaz dos serviços (entradas e saídas da barra, navegação nos canais interiores, largadas e atracções) e uma resposta adequada a outras solicitações, internas ou externas.

¹¹ - Divisão de Segurança

Objectivo: Assegurar a definição, fiscalização e cumprimento das normas de segurança a respeitar por todos os serviços, concessionários e outros agentes.

¹² - Responsável de Ambiente

Objectivo: Identificar os impactes ambientais e avaliar a sua significância; Elaborar o Programa de Gestão Ambiental; Colaborar na elaboração do Relatório de Suporte à Revisão do SGA; Definir os objectivos e metas ambientais.

De referir que transversalmente funcionam três comités a saber:

- Comité de coordenação - integra os elementos do Conselho de Administração e todos os elementos com responsabilidade de liderança de uma direcção. Lidera e coordena a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração para as diferentes direcções;

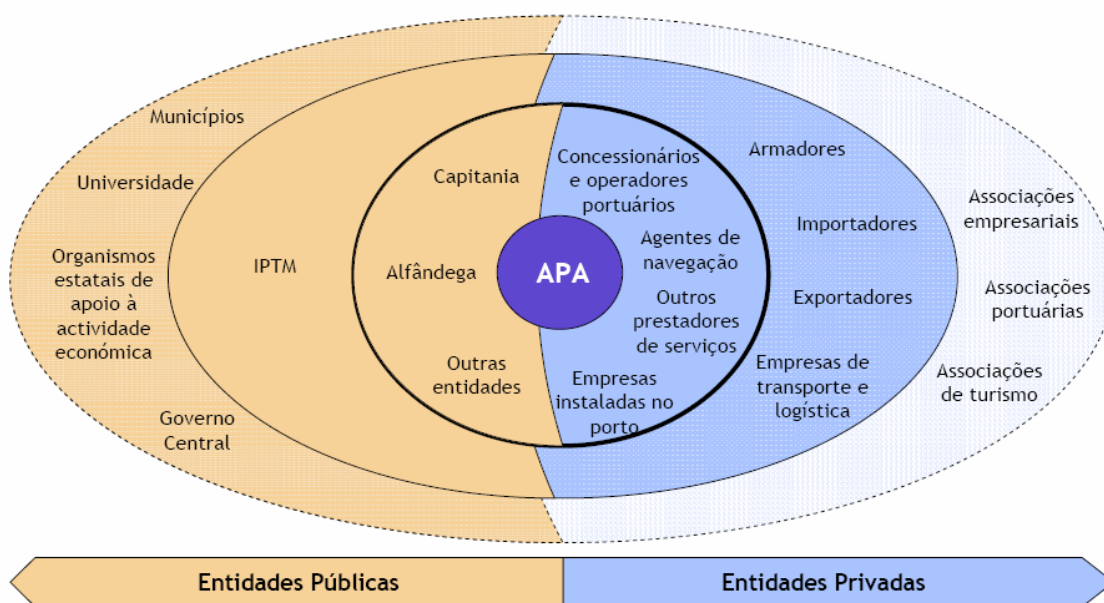
- Comité de Negócio - revê todos os temas chave da gestão comercial do porto (clientes, concessões, licenças) e a sua inter-relação com outras áreas da organização e da Comunidade Portuária. Há casos onde a função comercial pode ser potenciada pela intervenção directa do

Conselho de Administração ou pela actuação de outras áreas / departamentos. O Comité reúne a visão de diferentes áreas do porto, integrando pontos coincidentes e articulando uma única estratégia comercial;

- Comité operacional - debate temas de natureza operacional do porto (ex.: segurança marítima e portuária, ambiente, infra-estruturas portuárias, obras ...) que em dado momento sejam considerados críticos para o porto. Será um fórum para estimular o alinhamento das diferentes direcções nas acções a levar a cabo, planeamento, gestão, troca de experiências, partilha de erros e dificuldades surgidas, comunicação, aproveitamento de sinergias e partilha de conhecimentos. Neste contexto, deverá potenciar o envolvimento das diferentes direcções do porto a fim das mesmas prestarem o seu contributo para ajudar a ultrapassar e solucionar dificuldades surgidas.

4.1.2. Envolvimento das partes interessadas

As actividades desenvolvidas no porto de Aveiro envolvem um conjunto muito alargado de entidades, públicas e privadas, que se podem representar graficamente como organizadas em círculos concêntricos com um núcleo central onde se encontra, naturalmente, a autoridade portuária.



4.1.2.1. Clientes

A APA, S.A. detém a figura de Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Aveiro, visando garantir os direitos de quem utiliza o transporte marítimo, em conformidade com uma das directrizes consignadas nas “Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário”.

A defesa e promoção dos direitos, as garantias e interesses legítimos dos/as clientes do Porto de Aveiro, o dever de informar e esclarecer os/as clientes do Porto de Aveiro do âmbito de actuação, a responsabilidade e competências das diversas entidades que intervêm no transporte marítimo ou em actividades complementares a ele directamente interligadas, são algumas das

funções a exercer pelo primeiro titular da provedoria portuária aveirense, que goza de independência no exercício das suas funções.

Os/as clientes do Porto de Aveiro passam, assim, a poder apresentar ao Provedor, queixas, reclamações e solicitações referentes a acções e/ou omissões das entidades intervenientes no transporte marítimo e nas actividades complementares.

De acordo com os estatutos do novo cargo, o Provedor dispõe da faculdade de iniciativa própria no exercício da sua actividade, não se limitando este às queixas e reclamações que lhe forem apresentadas.

A APA, S.A. tem vindo a melhorar sustentadamente os seus sistemas de informação, de forma a desburocratizar os procedimentos e processos administrativos e a facilitar o acesso à informação relevante por parte dos/as clientes e operadores.

Actualmente, estão implementados, os seguintes sistemas principais:

- Newsletter Electrónica, desde 2005;
- Novo site na Internet, disponibilizado desde Julho de 2009;
- JUP - Janela Única Portuária, garante a simplificação/harmonização de procedimentos com todos os agentes económicos e restantes Autoridades (Aduaneira, Marítima, Sanitária, Veterinária e Fronteiras), desde 2009;
- GIAF - sistema de gestão financeira e administrativa, desde 2005;
- SIGPOR - sistema de gestão de tarifas e facturação, desde 2006;
- VTS - Vessel Traffic System, sistema de gestão do tráfego portuário e costeiro, implementado em 2007.

Refira-se ainda que está disponível no site da APA, S.A. - <http://www.portodeaveiro.pt> - a APA, net. Trata-se de uma área dedicada exclusivamente aos/às clientes e parceiros/as de negócio da APA, S.A., que permite a consulta privada aos sistemas de informação interna, nomeadamente a consulta ao sistema financeiro (GIAF), onde podem ser visualizadas a conta-corrente de cada cliente, através da atribuição de *password*. O site permite ainda o envio de sugestões, reclamações ou dúvidas para a APA, S.A..

4.1.2.2. Empresas Fornecedoras

A APA, S.A. privilegia o relacionamento com empresas fornecedoras e prestadores de serviços que respeitem a legislação em vigor e demonstrem cumprir práticas ambientalmente correctas. Esta empresa tem ainda como preocupação evitar negócios com fornecedores/as de reputação duvidosa.

Nas suas análises comparativas de fornecedores/as, o porto de Aveiro procura incentivar aqueles que demonstrem encontrar-se nos padrões de qualidade e eficiência exigidos de modo a

posicionarem-se de forma competitiva, tendo sempre como pressuposto o respeito pelas imposições legais e sociais, o que por vezes leva ao afastamento de propostas com custos mais atractivos.

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a APA, S.A. observa os procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelos Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, a cujo cumprimento se encontra vinculado *ex vi* do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º, e sem prejuízo do disposto no artigo 12º, ambos do citado diploma legal.

4.1.2.3. Concessionários

Na prossecução de uma estratégia de sustentabilidade com objectivos claros e ambiciosos é necessário o envolvimento de todas as entidades e muito particularmente de todas as empresas situadas em área portuária, pois a sua acção é preponderante para o alcance das metas propostas. Desta forma, na realização contratual são incorporadas regras às empresas visadas, de forma a incentivar a melhoria do seu desempenho ambiental e social.

4.1.2.4. Administração Central e Local

O Governo Central, os Municípios e os diversos organismos estatais de apoio à actividade económica, são, dadas as suas funções de suporte e de enquadramento da actividade dos portos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Porto de Aveiro.

São as entidades da administração central que apoiam financeiramente o sector portuário, legislam e definem as políticas e estratégias para o sector, pelo que há diversas áreas nas quais o apoio das autoridades nacionais e locais é fundamental, com destaque para a melhoria dos acessos ao porto, ordenamento do território, criação de portos secos e melhoria do enquadramento organizacional e regulamentar.

4.1.2.5. Comunidades Locais

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade nos projectos vitais para o porto, são realizadas consultas a entidades externas à APA, S.A., no sentido de colher o seu contributo, considerado essencial para o aprofundar e sustentar opiniões desenvolvidas internamente.

Em paralelo, no que toca ao seu envolvimento com a Comunidade, a APA, S.A. contribui activamente para o desenvolvimento de iniciativas promovidas por diversas instituições de cariz social e religioso da região (grupos desportivos, bombeiros, paróquia, escolas).

4.1.2.6. Instituições Académicas

A APA, S.A. detém inúmeras parcerias com instituições de ensino, tanto superior como secundário, numa óptica de permanente aproximação entre a cultura académica e empresarial,

traduzidas quer no acolhimento de estágios de nível universitário ou secundário, quer no apoio de projectos específicos, apostando num claro envolvimento com o ensino na região.

A filosofia inerente aos estágios desenvolvidos é a de conferir uma formação tão prática quanto possível, orientada para o mercado de trabalho, visando possibilitar ao estagiário um contacto com a realidade da sua área de formação, bem como a aprendizagem de metodologias e técnicas que integrem conhecimentos interdisciplinares, procurando-se assim estabelecer um elo de ligação entre os ensinamentos e a futura actividade profissional.

Formalmente, a APA, S.A. detém protocolo com a Universidade de Aveiro, ISCA - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, Centro de Seguridad Marítima Integral Jovellanos, ISCIA - Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, APGB - Administração dos Portos da Guiné-Bissau, Escola Nacional de Bombeiros, Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências da Gafanha da Nazaré e de São Bernardo.

De referir, que a APA, S.A. concedeu no ano de 2010, oito estágios curriculares, em média com uma duração de 3 meses, não remunerados, mas beneficiando, os estagiários, de direito a transporte e de refeição gratuita na cantina.

4.1.2.7. Outros elementos da Comunidade Portuária

As restantes entidades privadas e públicas com uma intervenção importante nas actividades do porto de Aveiro podem ser classificadas em dois níveis:

- comunidade intraportuária; e
- comunidade extraportuária.

Da comunidade intraportuária fazem parte todas as entidades que trabalham directamente com o porto, como a Capitania do porto de Aveiro, a Alfândega de Aveiro, os operadores portuários, agentes de navegação, as empresas instaladas no porto e outras.

A comunidade extraportuária é composta por armadores, importadores, exportadores, empresas de transportes, empresas de logística, associações empresariais entre outras, que têm interesses em comum com o porto de Aveiro e que colaboram, participando em parcerias e cooperando na promoção do porto e da região.

4.1.2.8. Colaboradores/as

A APA, S.A. reconhece como fulcral para o sucesso da organização, o bem-estar físico e psíquico dos/as seus/as colaboradores/as, concedendo diferentes benefícios/regalias, nomeadamente ao nível da saúde e da formação.

No âmbito da saúde, realça-se que a APA, S.A. contratualizou, já em 2002, um seguro de saúde em benefício dos/as seus/as colaboradores/as que comparticipa despesas de saúde. Trata-se de um seguro complementar e, como tal, a comparticipação da seguradora incide sobre o remanescente não comparticipado pelo Serviço Nacional de Saúde ou ADSE. Realça-se concomitantemente que os serviços de Medicina do Trabalho detêm um papel bastante actuante e colaborativo no que concerne à prevenção e acompanhamento do estado de saúde dos/as colaboradores/as. Atendendo à sua posição de destaque no mercado local e regional, a APA, S.A. realiza inúmeras parcerias com instituições médicas e de saúde, bem como com estabelecimentos comerciais especializados, conseguindo assim alcançar maiores benefícios dirigidos aos/às seus/as colaboradores/as e extensíveis ao seu agregado familiar.

Por outro lado, uma das apostas mais significativas da APA, S.A., que intervém directa e claramente no desempenho da própria organização, encontra-se direccionada para a formação profissional, pessoal e humana dos/as seus/suas colaboradores/as. A política da APA, S.A., no âmbito da formação profissional, consiste no incentivo à participação e em proporcionar mais e melhores formações direccionadas directa ou indirectamente para a melhoria do desempenho individual e global do/a colaborador/a.

4.1.2.9. Mapa da Estratégico da Qualidade

No âmbito do cumprimento do Plano Estratégico do Porto de Aveiro, iniciou-se, em 2008, a implementação de um sistema de gestão da qualidade, destinado a garantir a excelência e a qualidade do serviço em todas as actividades desenvolvidas pela APA, S.A..

A 20 de Novembro de 2009 foi aprovado o Mapa da Estratégia da Qualidade, elaborado de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, sendo assumida como Visão “*Criar uma cultura de qualidade no Porto de Aveiro*” e como Missão “Garantir a excelência e a qualidade do serviço em todas as actividades desenvolvidas pela APA, S.A.”.

O mapa da Estratégia encontra-se focalizado na melhoria de 3 processos, considerados fundamentais para a mudança organizacional associada à adopção plena do modelo de *landlord port*:

- Gestão das Concessões;
- Pilotagem;
- Front Office.

No decurso de 2010 foram constituídos os Grupos de Trabalho responsáveis pelo mapeamento e desenvolvimento de cada processo supra identificado, tendo sido colhidas as melhores práticas de âmbito portuário ao nível nacional. Foi de igual forma dotada a equipa responsável das competências necessárias para prosseguir o objectivo do Mapa da Estratégia.

A concretização desta iniciativa estratégica vai de encontro à prossecução de um dos valores de actuação da APA, S.A. - a “*satisfação do/a cliente*” - descrito como a orientação para a qualidade da prestação de serviços, com permanente adaptação às necessidades dos/as clientes.

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Pretende-se com este capítulo efectuar uma abordagem de gestão nas diferentes vertentes que a integram: Económica, Ambiental e Social.

Para estas, foram calculados os indicadores de desempenho, conforme listados no capítulo 6 - Índices do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade tendo-se, como referido anteriormente, optado por recorrer aos Indicadores GRI, referencial multi-empresa e multi-sector.

Para a elaboração do presente relatório, optámos pela inclusão de um número reduzido de indicadores, classificados de essenciais, apresentando, sempre que possível valores para os anos de 2008 a 2010.

Incluímos ainda neste capítulo a Segurança, dado que esta constitui uma importante componente da Gestão, referindo as principais acções desenvolvidas.

É pois objectivo fornecer às partes interessadas uma imagem fiel da Gestão que tem vindo a ser praticada por esta empresa, ao longo destes três últimos anos, incluindo a informação julgada relevante para as partes interessadas.

5.1. Indicadores de Desempenho Económicos

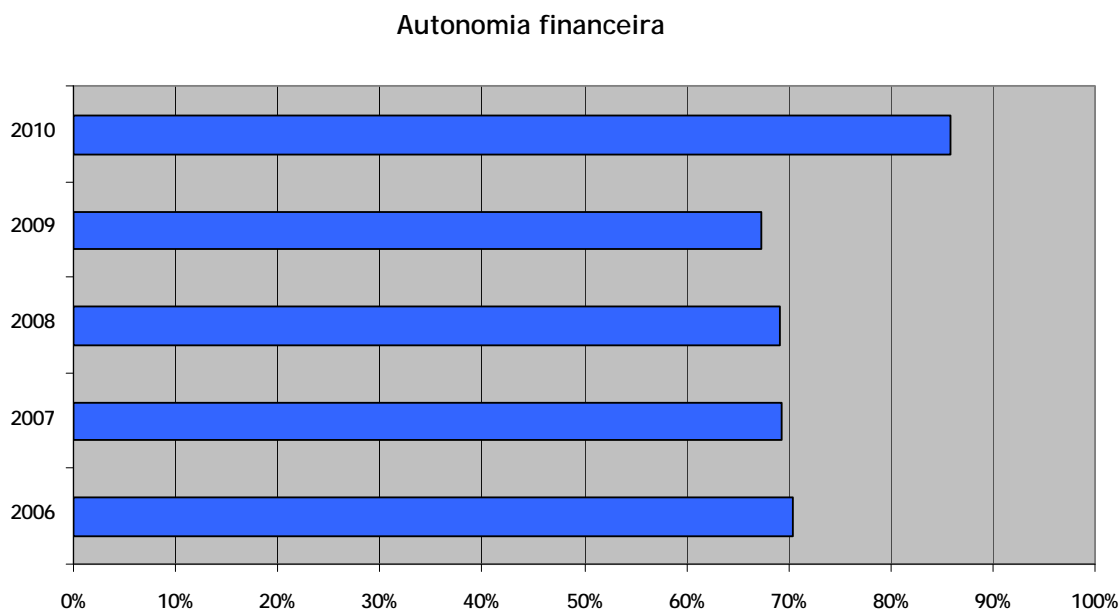
5.1.1. Desempenho Económico - Financeiro

A situação financeira da APA, S.A. caracteriza-se historicamente por um nível elevado de autonomia financeira e um bom equilíbrio do balanço, sendo a cobertura do imobilizado líquido integralmente assegurado por fundos de longo prazo - capitais próprios, subsídios e empréstimos de longo prazo.

Representação do Balanço 2010



Contudo, e não obstante a situação financeira da APA, S.A. se manter actualmente equilibrada, a implementação do plano de investimentos levou, nos últimos 4 anos (2006 a 2009), a um aumento sustentado do activo líquido que não foi acompanhado pela injeção de capitais próprios, resultando numa redução progressiva do nível de autonomia financeira. O aumento verificado no ano 2010 decorre da adopção do Sistema de Normalização Contabilístico que resultou em reclassificações na rubrica de capitais próprios.



No que respeita à situação económica, a APA, S.A. apresentou em 2010 uma melhoria do Resultado Líquido. Esta evolução decorre da variação positiva no Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos, como se constata no quadro abaixo.

Valores em €		
	2009	2010
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6.285.669	6.697.971
Resultado operacional	581.981	859.924
Resultado antes de imposto	263.576	557.248
Imposto	-23.367	-29.961
Resultado Líquido do Exercício	240.209	527.287

Para a evolução do Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos, com um aumento de 412 mil euros, relativamente ao ano anterior, contribuíram de forma relevante e significativa, face a 2009, os Subsídios à Exploração com um aumento de 1.097 mil euros, os Ganhos Imputados a Empresas Subsidiárias com um aumento de 730 mil euros,

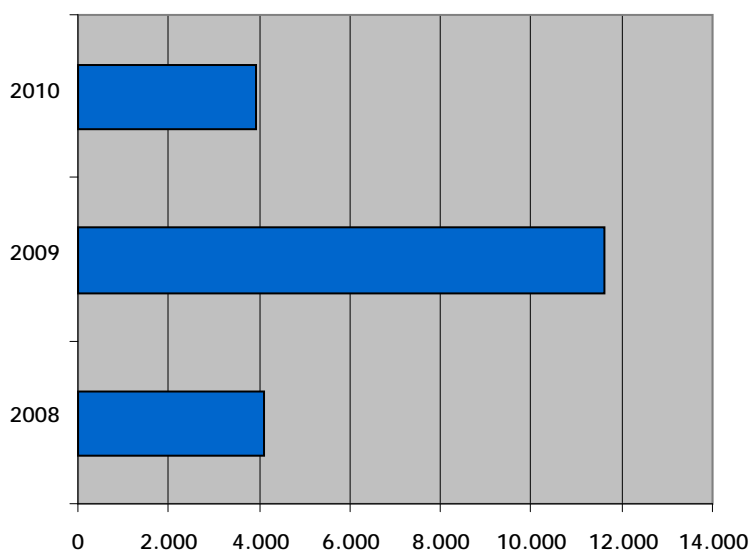
Imparidade de Dívidas a Receber com uma diminuição de 404 mil euros, os Proveitos Operacionais com um aumento de 211 mil euros, os Fornecimentos e Serviços Externos com um aumento de 1.164 mil euros e os Outros Rendimentos e Ganhos com uma diminuição de 955 mil euros.

	Valores em €	
	2009	2010
VAB	12.531.884	12.526.052
Impostos	137.483	154.639
Gastos com o Pessoal	5.177.312	5.074.327
Encargos Financeiros	581.722	643.941
Gastos de Depreciações e de Amortizações	5.703.688	5.838.047
Imparidade de Dívidas a Receber	691.470	287.811
Resultado Líquido	240.209	527.287

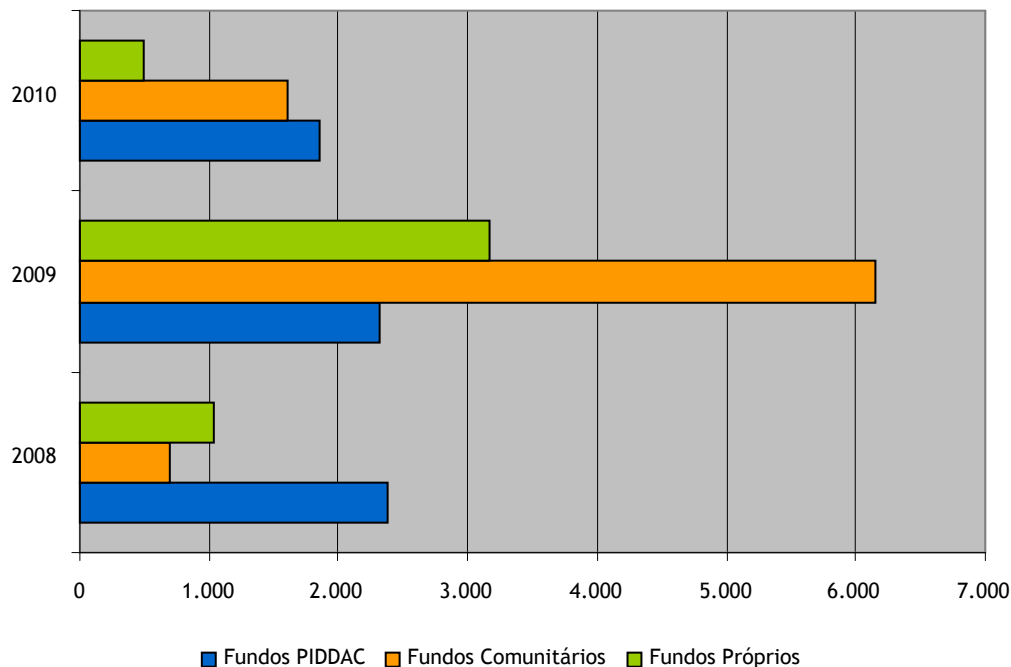
O aumento do Valor Acrescentado Bruto, no ano de 2010, decorre da variação positiva dos encargos financeiros e do resultado líquido, conforme apresentado no quadro acima.

5.1.2. Análise ao Investimento

O montante de investimento executado em 2010 ascendeu a 3,9 milhões de euros.



No quadro seguinte, é apresentado o custo de investimento realizado nos últimos três anos, por fontes de financiamento.



Dos principais projectos de investimento estruturais executados em 2010 e, grosso modo, previstos no Plano Estratégico do Porto de Aveiro para o período 2006-2015, destacam-se os seguintes:

- Construção de uma rampa Ro-Ro, cujo montante executado ascendeu a 735 mil euros. Este consiste na construção de uma rampa fixa incorporada na estrutura do cais do Terminal de Contentores e Ro-Ro (TCRR), com um comprimento de 16,5 metros e uma largura de boca de 26 metros. Instalada no topo norte do Terminal Norte, junto ao Canal Principal de Navegação, dispõe de um cais flutuante destinado à atracção do trem de reboques afecto às manobras dos navios em porto. Este projecto irá dotar o porto de Aveiro de condições para a recepção de navios Ro-Ro e, portanto para oferta de serviços de embarque/desembarque de reboques/semi-reboques junto do tecido económico da sua zona de influência.

- Proposse, cujo montante total ascendeu a 30 mil euros. Este visa a promoção do *Short Sea Shipping* entre as PME's fixadas nos *hinterlands* dos portos de Aveiro, Gijón, Le Havre, Poole e Cork, através da cooperação entre aqueles portos e as associações representativas das PME's, AIDA e Câmara do Comércio de Oviedo e uma entidade inglesa de I & D. Através deste investimento prevê-se que o porto de Aveiro potencie um aumento da sua actividade no segmento do *Short Sea Shipping* e promova os seus serviços não só junto dos parceiros envolvidos no projecto, mas também junto dos eventuais

operadores rodoviários e armadores contactados no âmbito da execução das actividades nele previstas.

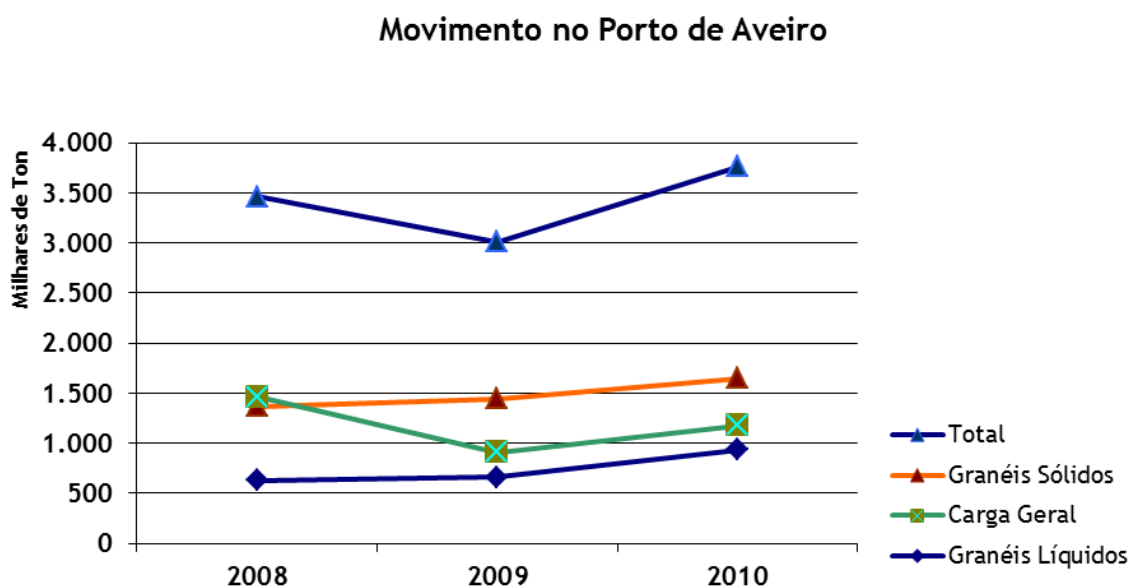
No que respeita aos principais investimentos funcionais, destaca-se a execução dos seguintes:

- Melhoria das condições de navegabilidade dos canais interiores do porto, no valor de 1.048 mil euros.

5.1.3. Análise de tráfego e mercado

Em 2010, o movimento de mercadorias no porto de Aveiro atingiu cerca de 3,7 milhões de toneladas, mais 24,76%, ou 746 mil toneladas, do que no ano de 2009.

A movimentação de Granéis Líquidos aumentou 41,36%, para as 937 mil toneladas, a Carga Geral Fraccionada aumentou 29,44%, para as 1.175 mil toneladas; e os Granéis Sólidos progrediram 14,19% para os 1.649 mil de toneladas.



5.2. Indicadores de Desempenho Ambiental

5.2.1. Gestão Ambiental

A APA, S.A. dispõe de um Sistema de Gestão Ambiental, implementado segundo a Norma *NP EN ISO 14001:2004* e integrado no sistema de gestão global da empresa. Este tipo de ferramenta permite melhorar o desempenho ambiental e induzir, a par com outros sistemas, a sistematização de processos na organização.

Em paralelo com a sua determinação em assumir um papel relevante para o progresso da região em que se insere e da vasta comunidade que serve, esta Administração está também empenhada

em constituir-se como indutora de práticas que respeitem o princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

No seguimento das acções que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, a APA, S.A. continua a desenvolver as acções necessárias ao total cumprimento dos requisitos legais e à melhoria do seu desempenho ambiental.

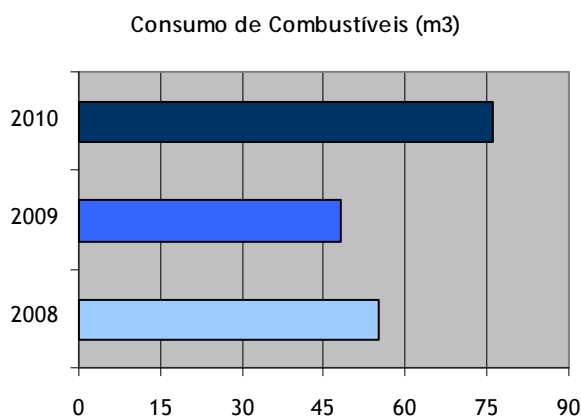
5.2.2. Desempenho Ambiental

5.2.2.1. Energia

O desempenho energético assume cada vez mais uma maior relevância no contexto da sustentabilidade económica e ambiental de uma empresa. A racionalização dos consumos e a substituição de fontes de energia fósseis por energias renováveis permite reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito de estufa.

A APA, S.A. utiliza combustíveis, principalmente gasóleo, para abastecimento da sua frota de veículos e alguns equipamentos portuários. O consumo de gasolina tem reduzida expressão.

	m ³		
	2008	2009	2010
Consumo de Combustíveis	55	48	76



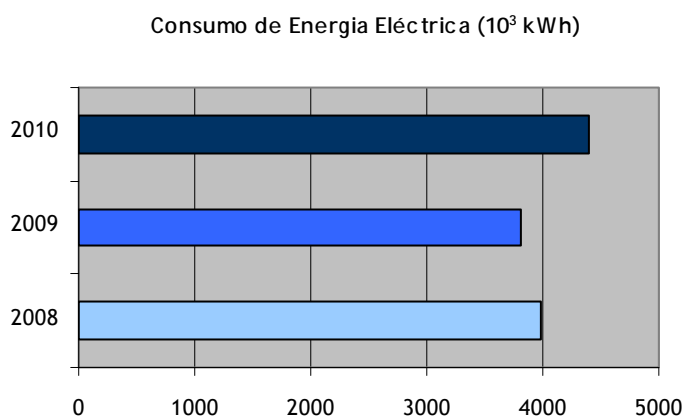
A energia eléctrica, em oposição aos combustíveis, tem um importante peso nos consumos energéticos da empresa, constituindo o principal alvo das acções de racionalização de energia promovidas pela APA, S.A..

A energia eléctrica é utilizada em equipamentos portuários, iluminação de terraplenos, iluminação das rodovias, funcionamento de instalações administrativas e operacionais. O fornecimento de energia a terceiros pela APA, S.A., em baixa tensão, representou em 2010 cerca de 38% do total de energia eléctrica recebida.

Desde 2004, têm sido desenvolvidas múltiplas acções conducentes à redução dos consumos, com particular destaque no domínio da iluminação pública. A poupança de energia em 2009, pela instalação de equipamentos com tecnologia LED para a iluminação parcial da via de cintura portuária com uma redução de 37% do consumo específico, foi secundada em 2010 pela auditoria energética e da qualidade do ar interior dos edifícios, conducente à obtenção da Certificação Energética dos mesmos, e ao início do processo de instalação de equipamentos de regulação do fluxo luminosos para iluminação dos terraplenos.

O aumento de áreas públicas e terraplenos iluminados, reflecte-se na quantidade total de energia consumida em 2010.

	10 ³ kWh		
	2008	2009	2010
Consumo de Energia Eléctrica	3.988	3.811	4.392



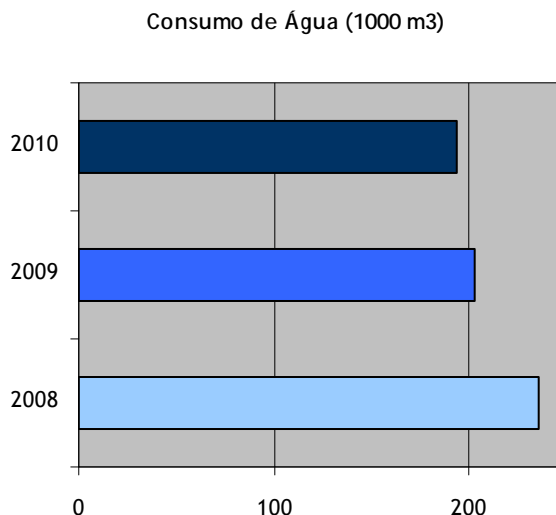
5.2.2.2. Água

A APA, S.A. fornece água para consumo humano ao Porto de Aveiro a partir de três sistemas de abastecimento distintos. Estes sistemas estão suportados em quatro furos de captação subterrânea de água com origem no aquífero Cretácico. Este aquífero é considerado uma reserva estratégica de água, a qual suporta parcialmente o abastecimento público e industrial desta região. Em paralelo, a APA, S.A. dispõe ainda de ligações ao sistema público de abastecimento.

Os consumos de água desta Administração, associados à manutenção e limpeza das áreas portuárias, aos serviços administrativos e ainda à rega de jardins, assumem um peso expressivo no volume total captado, com cerca de 43-45%, sendo o restante fornecido a instalações fixas de terceiros e a navios.

Esta Administração efectua o controlo analítico da água fornecida, bem como da água captada nos furos de que dispõe, disponibilizando a todos os utilizadores, através do seu *website*, os resultados obtidos.

	10 ³ m ³		
	2008	2009	2010
Consumo de Água	236	203	194



5.2.2.3. Biodiversidade

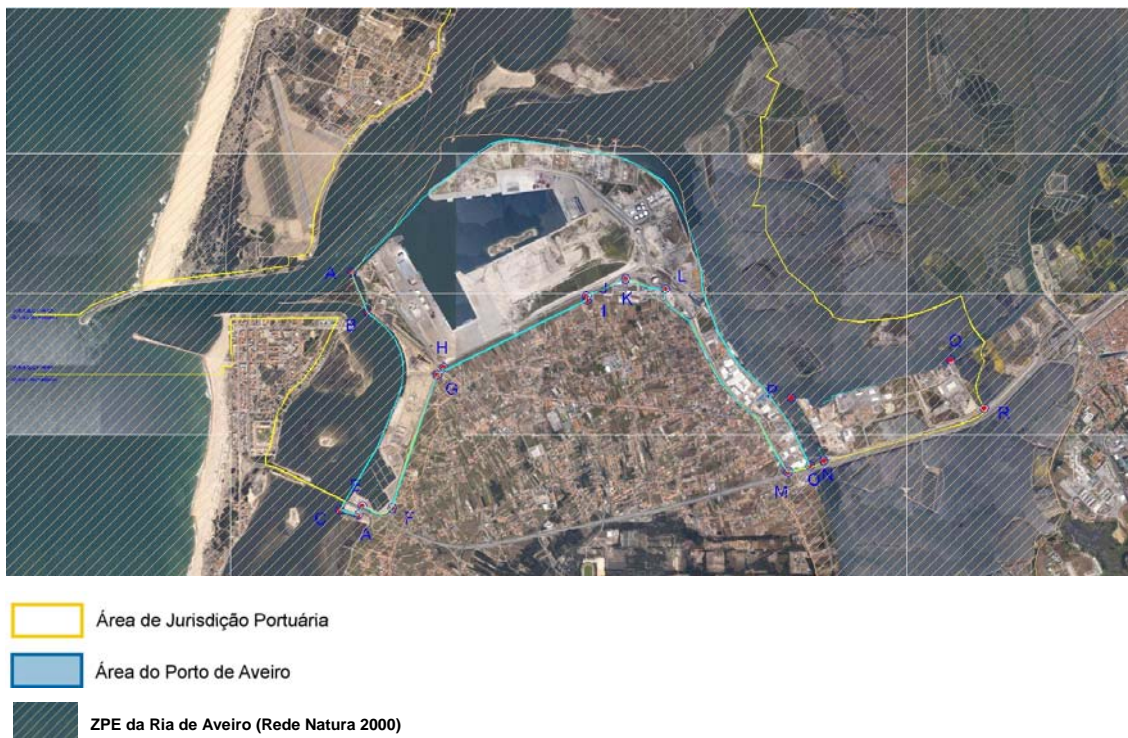
O Porto de Aveiro localiza-se no interior de uma unidade territorial singular, designada por Ria de Aveiro. Trata-se de uma zona húmida costeira, com uma área superior a 90 km², em preia-mar, onde se cruzam áreas naturais, que incluem zonas de sapal e águas livres, com áreas urbanas e industriais. A pressão exercida por estas últimas nem sempre é assimilada facilmente pelo ecossistema.

A Ria de Aveiro encontra-se incluída na Reserva Ecológica Nacional, tendo-lhe sido conferida, em 1999, o estatuto de Zona de Protecção Especial (ZPE), ao abrigo da Directiva das Aves (Directiva 79/409/CEE), visando a protecção e conservação da avifauna da Ria de Aveiro.

A área de jurisdição da APA, S.A., com cerca de 1.700 hectares, abrange 778 hectares de área molhada e 922 hectares de área terrestre, dos quais 554 hectares constituem a área portuária propriamente dita.

Algumas das áreas acima referidas encontram-se incluídas na ZPE da Ria de Aveiro, nomeadamente, os canais e bacias portuárias e os terminais de pesca. Assim, da área total de jurisdição, 1.277 hectares estão abrangidos pela referida ZPE, mantendo-se como área naturalizada cerca de 1.150 hectares, incluindo a área molhada acima referida.

As restantes zonas do porto, se bem que no exterior da ZPE, não deixam de estar em área adjacente à mesma, pelo que a sensibilidade do meio envolvente é uma das condicionantes permanentemente considerada nas acções de desenvolvimento e expansão do porto, bem como na regular operação portuária.



No âmbito da preservação ambiental e de minimização de impactes, foram executados em 2010, os Planos de Monitorização associados aos processos de AIA - Avaliação de Impacte Ambiental e às Declarações de Impacte Ambiental das obras executadas pela APA, S.A.. Estes Planos abrangem os diferentes domínios ambientais, em função das especificidades de cada obra, em concreto, a evolução sedimentar e batimétrica da zona costeira, a qualidade dos sedimentos do leito, a qualidade da água estuarina e marinha e as comunidades bentónicas.

Volume e Qualidade dos sedimentos dragados

A APA, S.A. executa dragagens regulares de manutenção, de modo a garantir a permanente operacionalidade do Porto de Aveiro.

No ano de 2010 foram executadas dragagens de manutenção dos canais e bacias portuárias num total de 377 mil metros cúbicos de sedimentos, com reintrodução no meio natural, por imersão no mar, de cerca de 70% do volume dragado.

Estes sedimentos são predominantemente constituídos por areias finas a médias, de Classe 1, podendo no interior da Ria de Aveiro classificar-se nas Classes 2/3, pelo que não são expectáveis problemas de contaminação assinaláveis.

	Unidade	2008	2009	2010
Dragagens				
Volume de sedimentos dragados	10 ³ m ³	810	1.337	337
Sedimentos dragados de Classe 1 a 3 - isentos de contaminação ou com contaminação ligeira	%	100,00	100,00	100,00
Sedimentos dragados de Classes 4 ou 5* - contaminados	%	0	0	0
Sedimentos reintroduzidos no meio receptor	%	50,92	82,20	74,03

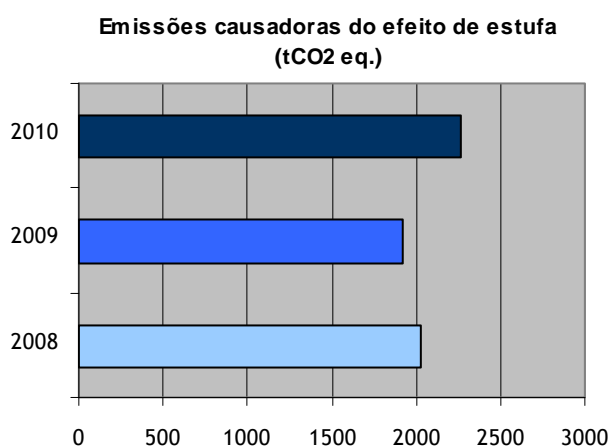
(*) Classes de contaminação definidas na Portaria 1450/2007, de 12 de Novembro

5.2.2.4. Emissões atmosféricas

A utilização de combustíveis fósseis é uma das principais causas de emissão para a atmosfera de gases que contribuem para o efeito de estufa e, portanto, para as alterações climáticas. Nos termos do Protocolo de Quioto, Portugal tem vindo a desenvolver acções no sentido de promover as energias renováveis, aumentar a eficiência energética e, consequentemente, conter ou reduzir as emissões de CO₂.

Com base no consumo de energia, atrás referido, e como vem sendo prática desta organização, calculou-se a contribuição da APA, S.A. para as emissões nacionais. Nestes cálculos incluem-se os consumos de terceiros e que representam, como já referido, cerca de 38% da energia eléctrica consumida.

	tCO ₂ eq.		
	2008	2009	2010
Total de emissões causadoras do efeito de estufa	2.022	1.921	2.269



5.2.2.5. Águas Residuais

A APA, S.A. dispõe de sistemas de tratamento de águas residuais, individuais e colectivos, que garantem a conformidade da descarga no meio receptor. A sua gestão está entregue a prestador de serviços especializado.

No ano de 2010, procedeu-se ainda a acções de filmagem e limpeza das redes de saneamento do Forte da Barra e do Porto de Pesca Costeira.

O tratamento das águas residuais geradas no interior de instalações industriais, áreas de armazenagem, entre outras, é garantido por cada um dos ocupantes/proprietários das instalações, nos termos da legislação em vigor.

5.2.2.6. Resíduos

O Regulamento de Gestão de Resíduos do Porto de Aveiro estabelece as principais regras aplicáveis à recolha e encaminhamento de resíduos gerados nas áreas portuárias, incluindo os resíduos provenientes dos navios, da movimentação de mercadorias e da administração de espaços, designadamente, áreas urbanas e de serviços com acesso ao público em geral. Dispõe ainda esta Administração Portuária de um procedimento interno onde se encontram estabelecidas as regras aplicáveis aos resíduos produzidos pela APA, S.A..

Estes documentos constituem-se como elementos fundamentais à necessária informação dos utilizadores/produtores de resíduos, à garantia do total cumprimento legal, à promoção da recolha selectiva e à criação das condições adequadas ao encaminhamento destes resíduos para destino final, tendo em vista a sua valorização sempre que possível.

Pela sua especificidade, a gestão de resíduos de navios é objecto de um Plano de Recepção e Gestão de Resíduos, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho, e demais legislação em vigor, o qual está permanentemente disponível para consulta pelas partes interessadas. Este Plano encontra-se aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Tendo como objectivo a salvaguarda do ambiente marinho e a redução das descargas indevidas no mar de resíduos perigosos ou persistentes, a APA, S.A. promove o acompanhamento directo dos Navios e seus representantes, seja através das notificações obrigatórias dos Comandantes dos navios ou seus representantes, seja na recolha e encaminhamento dos resíduos que o navio pretende entregar.

	Unidade	2008	2009	2010
Recepção de Resíduos de Navios				
Navios entrados	n.º	1010	848	961
Notificações obrigatórias recebidas dos navios	n.º	997	847	959
Percentagem de navios que entregaram notificações	%	100,00	99,88	99,79
Navios que entregaram resíduos	n.º	828	716	816
Navios isentos de entrega de resíduos	n.º	13	0	0
Resíduos				
Resíduos notificados para entrega	m ³	1026	819	701
Resíduos efectivamente entregues	m ³	1131	801	888
Resíduos retidos a bordo para entrega noutro porto	m ³	3254	2937	4213

No ano de 2010, os resíduos perigosos recolhidos directamente dos navios por Operador de Resíduos autorizado passaram a ser incluídos nos resíduos detidos pelo Porto de Aveiro e, portanto, contabilizados no total de resíduos produzidos. Tal facto justifica o aumento significativo de resíduos perigosos no ano de 2010, representando 456 toneladas do total de 467 toneladas listadas na tabela seguinte.

No que respeita aos restantes resíduos, continua a garantir-se a elaboração dos Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e respectivo acompanhamento durante o decurso das obras/empreitadas.

Continua ainda a promover-se a remoção de embarcações e equipamentos obsoletos, garantindo o seu encaminhamento para Operadores de Resíduos Autorizados.

A APA, S.A. mantém o enfoque na separação e encaminhamento dos resíduos, viabilizando, sempre que possível, a sua valorização. No total de resíduos encaminhados para valorização, conforme valores indicados no quadro seguinte, incluem-se sucatas, madeiras, plásticos (da operação portuária, redes de pesca, embalagens), papel e cartão, vidro, óleo alimentar usado, pilhas, baterias ácidas de chumbo, resíduos de solvente, óleos lubrificantes usados, lâmpadas, equipamentos eléctricos e electrónicos obsoletos, veículos em fim de vida, entre outros.

Relativamente às fracções destinadas a eliminação, estas incluem os resíduos sólidos urbanos ou equiparados, bem como alguns resíduos perigosos, de que são exemplo, os óleos de porão usados, os materiais absorventes contaminados, os resíduos de alcatrão e de fibrocimento, as lamas de ETAR e os resíduos de material eléctrico.

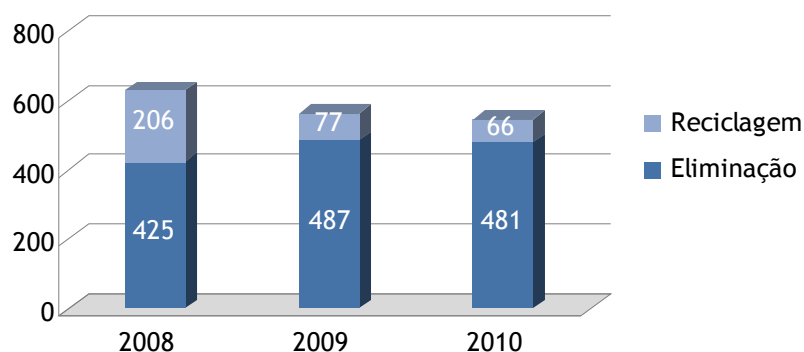
Salienta-se que a produção anual de resíduos resultantes da exploração portuária é variável, dependendo da quantidade de mercadorias movimentadas. Contudo, é o tipo de mercadoria que determina a tipologia dos resíduos gerados e, como tal, o respectivo encaminhamento para valorização ou eliminação.

As fracções recicláveis dispostas em ecoponto urbano, tais como, embalagens de plástico e de metal, papel e cartão, vidro, são recolhidas pela empresa intermunicipal (ERSUC) responsável pela sua gestão nos municípios da região Centro, pelo que não é possível quantificar estes resíduos.

Durante o ano de 2010, foram ainda adquiridos novos contentores de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) para renovação dos equipamentos disponíveis e melhorado o seu sistema de fixação.

		toneladas		
		2008	2009	2010
Tipo de Resíduos	Destino			
Resíduos não perigosos (resíduos sólidos urbanos e similares, incluindo resíduos industriais banais)	Eliminação - Aterro sanitário ou aterro para RIB	425	487	481
Resíduos Não Perigosos (resíduos de madeira, sucata, plásticos da operação portuária, redes de pesca, óleos e gorduras alimentares, papel, etc.)	Reciclagem	206	77	66
Resíduos Perigosos (resíduos sólidos contendo hidrocarbonetos - materiais filtrantes, desperdícios, etc., óleos de porão, telhas de fibrocimento)	Eliminação	5	9	467*
Resíduos Perigosos (equipamentos eléctrico e electrónico, lâmpadas fluorescentes, toners, pilhas e acumuladores, pilhas de chumbo/baterias, óleos lubrificantes usados, solventes, filtros de óleo)	Reciclagem	5	1	3

Resíduos Não Perigosos (t)



5.2.2.7. Risco de derrame

Pela sensibilidade da zona envolvente conforme referido no item 5.2.2.3, a APA, S.A. dá especial atenção às questões associadas aos riscos de derrames de hidrocarbonetos ou produtos químicos, situações contempladas no Plano de Emergência Interno do Porto de Aveiro.

Assim, a APA, S.A. dispõe de sistemas de contenção e recolha de derrames, bem como exerce uma vigilância contínua sobre os navios que demandam o Porto de modo a garantir a operação em condições adequadas, em particular, dos navios contendo produtos químicos perigosos. No ano de 2010, foram efectuadas acções de manutenção da operacionalidade dos equipamentos de combate a incêndio e poluição.

De igual modo, mantém através de sondagens periódicas, o conhecimento sobre a movimentação de fundos, e assegura através das dragagens regulares de manutenção dos canais e bacias portuárias, as necessárias condições de segurança e operacionalidade do porto.

No ano de 2010 ocorreu ainda uma intervenção de combate à poluição, por derrame de hidrocarbonetos com reduzida expressão, na sequência do afundamento de uma embarcação de pesca costeira.

5.2.2.8. Conformidade

Através do funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental, a APA, S.A. identifica atempadamente os requisitos legais aplicáveis no intuito de dar cumprimento às diferentes exigências ambientais.

Esta Administração não sofreu qualquer coima ou sanção acessória relativa a incumprimentos da legislação ambiental aplicável.

5.2.2.9. Custos e Investimentos com a Protecção Ambiental

A APA, S.A. afecta anualmente uma verba à gestão ambiental da organização, designadamente, para despesas com a gestão de resíduos, qualidade da água para consumo humano, gestão das águas residuais, monitorização do meio ambiente, entre outros, a que acrescem os custos com investimentos de melhoria ambiental e de formação específica nesta matéria.

Em 2010, esta Administração despendeu cerca de 211 mil euros em protecção e monitorização ambiental: 11 mil euros em aquisição de equipamentos de combate à poluição; 106 mil euros em monitorização ambiental e 94 mil euros em acções operacionais de mitigação ambiental (gestão de resíduos, tratamento de águas residuais, entre outros).

No seguimento das acções que têm vindo a ser implementadas ao longo dos últimos anos, a APA, S.A. continua a desenvolver as acções necessárias ao total cumprimento dos requisitos legais e à melhoria do seu desempenho ambiental.

5.3. Indicadores de Desempenho Social

5.3.1. Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

5.3.1.1. Emprego

5.3.1.1.1. Evolução do Efectivo

Em 2010, o número de colaboradores/as manteve-se inalterado relativamente a 2009, totalizando 113 colaboradores/as. Realça-se, no entanto, que ocorreu a saída de um Operador de Equipamento Portuário, no âmbito do mecanismo de incentivo à aposentação voluntária, tendo-se procedido à contratação de um colaborador para a área da Estratégia.

A evolução do efectivo, no último triénio, desagregada por género, foi a seguinte:

	N.º de Trabalhadores/as					
	2008		2009		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N.º de Trabalhadores/as	83	37	79	34	79	34

5.3.1.1.2. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efectivo por escalões etários, constata-se que desde o ano de 2008 se tem assistido a um aumento progressivo do nível etário médio, de 44,54 no referido ano, para 46,59 em 2009 e 47,19 em 2010. O escalão etário que compreende um maior número de efectivos continua a ser, o escalão de idades entre os 45 e os 49 anos.

	N.º de Trabalhadores					
	2008		2009		2010	
Total	120	100,00%	113	100,00%	113	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	1	0,89%	1	0,88%
De 25 a 29 anos	0	0,00%	0	0,00%	1	0,88%
De 30 a 34 anos	9	7,50%	7	6,19%	4	3,54%
De 35 a 39 anos	15	12,50%	9	7,96%	10	8,85%
De 40 a 44 anos	30	25,00%	21	18,59%	19	16,81%
De 45 a 49 anos	37	30,83%	35	30,97%	35	30,97%
De 50 a 54 anos	16	13,33%	28	24,78%	27	23,89%
De 55 a 59 anos	9	7,50%	8	7,08%	11	9,73%
De 60 a 61 anos	2	1,67%	1	0,98%	2	1,77%
De 62 a 64 anos	2	1,67%	3	2,65%	2	1,77%

No quadro infra encontram-se plasmados os escalões etários desagregados por género referentes ao ano de 2010:

	N.º de Trabalhadores/as			
	2010			
Total	Homens	100,00%	Mulheres	100,00%
Até aos 24 anos	1	1,27%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	0	0,00%	1	2,94%
De 30 a 34 anos	1	1,27%	3	8,82%
De 35 a 39 anos	6	7,59%	4	11,76%
De 40 a 44 anos	13	16,46%	6	17,65%
De 45 a 49 anos	28	35,44%	7	20,59%
De 50 a 54 anos	20	25,32%	7	20,59%
De 55 a 59 anos	7	8,86%	4	11,76%
De 60 a 61 anos	1	1,27%	1	2,94%
De 62 a 64 anos	2	2,53%	0	0,00%
De 65 ou mais anos	0	0,00%	1	2,94%

5.3.1.2. Relação entre funcionários e administração

5.3.1.2.1. Regime laboral

O regime laboral dos/as colaboradores/as das Administrações Portuárias encontra-se consagrado em diploma próprio, designado por Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro.

O EPAP abrange assim todos/as os/as colaboradores/as, nomeadamente os que transitaram de anteriores administrações portuárias e juntas autónomas, bem como do ex - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, com excepção do pessoal técnico de pilotagem que detém um Estatuto próprio.

De realçar que os/as colaboradores/as contratados/as em data anterior a 1999 mantiveram a natureza do seu vínculo e regime de aposentação (regime jurídico da função pública) sendo todas as admissões, a partir de Outubro 1999, realizadas ao abrigo do regime jurídico do contrato individual de trabalho.

Em tudo o que não se encontra regulado no EPAP aplica-se, supletivamente, o regime do contrato individual de trabalho (n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro), pelo que este Estatuto constitui assim um normativo de transição para a adopção plena do regime do contrato individual de trabalho.

O EPAP encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 364/2000, de 23.06, 345/2001, de 06.04, 218/2002, de 12.03, 577/2003, de 16.07, 1182/2004, de 14.09 e 1146/2005, de 08.11, 778/2006, de 09.08, 849/2007, de 07.08, 270/2008, de 09.04 e 653/2009, de 16.06.

Ao pessoal técnico de pilotagem (pilotos) aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de Março e ao pessoal técnico de pilotagem oriundo do ex-Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), não abrangido pelo EPAP, aplica-se, embora muito residualmente, o Decreto-Lei n.º 361/78, de 27 de Novembro.

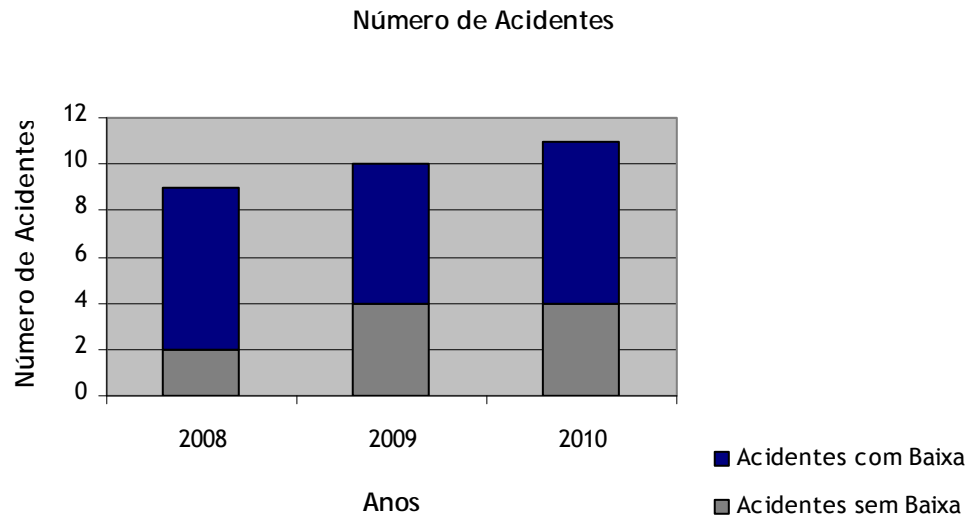
Ao pessoal técnico de pilotagem contratado para o exercício de funções na APA, S.A. após 22 de Outubro de 1999, é aplicável o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias.

No que concerne ao regime laboral dos pilotos, haverá que atender, de igual forma, ao disposto na Portaria n.º 638/99, de 11.08, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 217/2002, de 12.03, 344/2001, de 06.09, 1186/2004, de 15.09 e 1139/2005, de 07.11, 779/2006, de 09.08, 850/2007, de 07.08, 271/2008, de 09.04 e 652/2009, de 16.06.

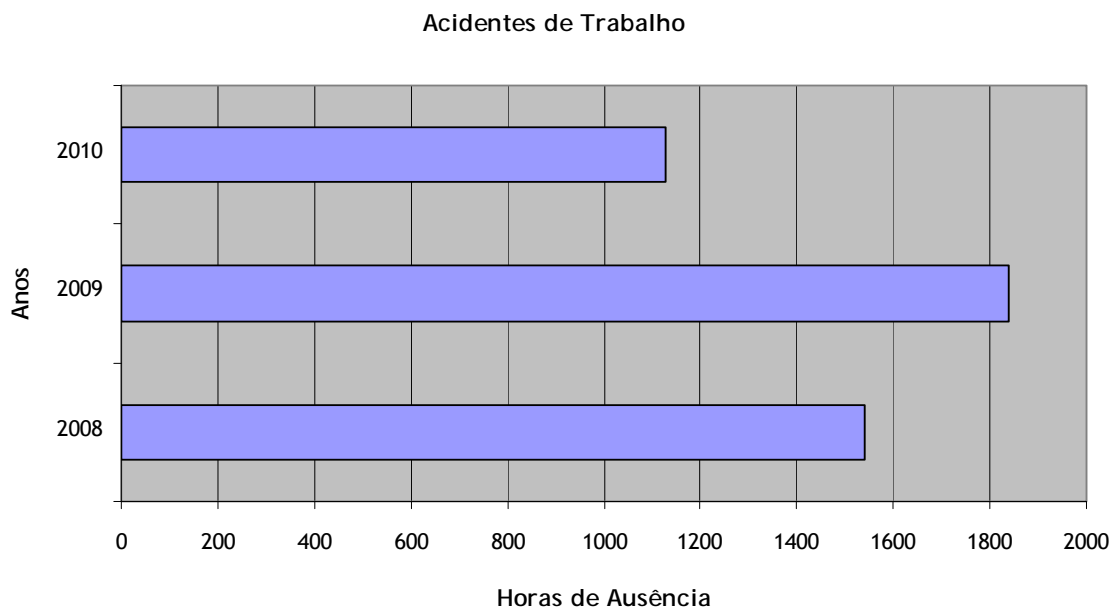
5.3.1.3. Segurança e Saúde no Trabalho

5.3.1.3.1. Acidentes de Trabalho

Do triénio em análise (2008-2010), destaca-se o ligeiro aumento do número de acidentes em serviço, totalizando no ano de 2010, 4 acidentes sem baixa e 7 acidentes originadores de baixa. Realça-se, no entanto, que o número de horas de ausência por acidente em serviço, em 2010, diminuiu significativamente.



No gráfico infra, encontra-se patente a evolução do número de horas de ausência motivadas por acidente em serviço, de 2008 a 2010.



Complementarmente, verifica-se em 2010, o aumento do número de baixas compreendidas entre os 4 e os 30 dias, tendo as baixas com um maior período de duração, diminuído, quando comparadas com o ano anterior.

Intervalo Temporal / Anos	2008	2009	2010
1 a 3 dias	0	0	0
4 a 30 dias	4	2	4
Mais de 30 dias	3	4	3
Total	7	6	7

5.3.1.3.2. Taxa de Absentismo

Da análise ao quadro infra, depreende-se que a taxa de absentismo tem diminuído ao longo dos últimos três anos, em resultado do decréscimo constante do total de horas de ausência.

Indicadores	2007	2008	2009
1. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	242.506	232.043	230.009
2. Absentismo (horas de ausência)	7.058	4.914	4.398
Taxa de Absentismo (2:1x100)	2,91%	2,12%	1.91%

Os principais motivos de ausência, que estão na origem do absentismo, encontram-se plasmados no quadro infra:

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2008	2009	2010
Total	7.058	4.914	4.398
Acidente de trabalho	1.540	1.838	1.127
Doença	3.641	2.237	2.237
Assistência inadiável	86	62	20
Maternidade / Paternidade	223	541	882
Suspensões Disciplinares	0	0	0
Outras Causas	1.568	236	132

No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género referentes ao ano de 2010:

Motivos de ausência	2010	
	Homens	Mulheres
Total	2.162	2.236
Acidente de trabalho	868	259
Doença	1.192	1.045

Assistência inadiável	5	15
Maternidade / Paternidade	0	882
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	97	35

5.3.1.3.3. Formação e Educação

A APA, S.A. aposta na progressiva melhoria do desempenho profissional e pessoal de cada colaborador/a, através da implementação de Planos de Formação focalizados no alcance de objectivos estratégicos empresariais.

O quadro infra representa a evolução do índice de formação, calculado em função da carga horária sobre o total de colaboradores/as por categoria.

	N.º de Trabalhadores								
	2008			2009			2010		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
TOTAL	5.856	120	48,80	3.733	113	33,04	2.216	113	19,61
Dirigentes	277	3	92,33	127	3	42,33	265	3	88,33
Quadros superiores	2.207	30	73,57	3509	29	121,00	1.361	30	45,37
Quadros médios	198	4	49,50	55	2	27,50	18	2	9,00
Quadros intermédios	571	8	71,38	42	8	5,25	21	8	2,63
Profissionais altamente qualificados e qualificados	2.118	53	39,96	0	54	0	446	53	8,42
Profissionais semi-qualificados	435	9	48,33	0	6	0	42	6	7,00
Profissionais não qualificados	50	13	3,85	0	11	0	63	11	5,73

1 - Carga Horária total de formação

2 - Total de empregados por categoria

3 - Índice de formação (Carga Horária / Total de empregados por categorias)

De realçar que uma grande componente de horas de formação se deveu ao facto da APA ter aderido ao Projecto Gerir para a Igualdade (NUT III - Baixo Vouga), a convite da AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro. Este projecto teve uma componente de formação certificada, incluindo 6 seminários de sensibilização, 24 horas de formação para Conselheiros de Igualdade, 18 horas de formação das equipas envolvidas e 70 horas de consultoria. De forma a disseminar as orientações de igualdade de género aos/às colaboradores/as da empresa, foi seleccionado um grupo de 25 pessoas de diferentes áreas dentro da empresa, que frequentaram 12 horas de acções de sensibilização na referida temática.

Apostando a APA, S.A. na formação profissional que seja dirigida não só para o desenvolvimento individual, mas sobretudo para o desenvolvimento de competências críticas de colaboradores/as

cuja lacuna, atendendo ao seu perfil funcional presente e/ou futuro, importa colmatar, foi aprovada a participação de 10 colaboradores/as no Fórum Mundial de Alta Performance, que deteve as seguintes temáticas e oradores de renome mundial:

- Liderança - Como criar e liderar organizações inteligentes (Peter Senge);
- Mudança - O poder das suposições na empresa: como tornar as decisões adequadas (Andy Cohen);
- Desenvolvimento Directivo - A viagem da liderança: histórias de êxito, fracasso e adaptação (Nigel Nicholson);
- Talento - A extraordinária evidência criativa do ser humano (Ken Robinson);
- Criatividade - Reinventar-se: como tirar o máximo proveito das segundas oportunidades (Mario Alonso Puig).

No âmbito da iniciativa P.1.2. Implementar o Mapa da Estratégia da Qualidade, foi realizada uma acção de formação em Mapeamento de Processos cujos destinatários foram a equipa de trabalho da respectiva iniciativa, composta por 12 colaboradores/as da APA, S.A. e 1 colaborador da APFF, S.A..

De realçar complementarmente, a participação de 6 colaboradores/as no SURCO - Simple Use Railway Connections, curso patrocinado pela Escola Europeia de Short Sea Shipping, com uma carga horária total de 21 horas por colaborador.

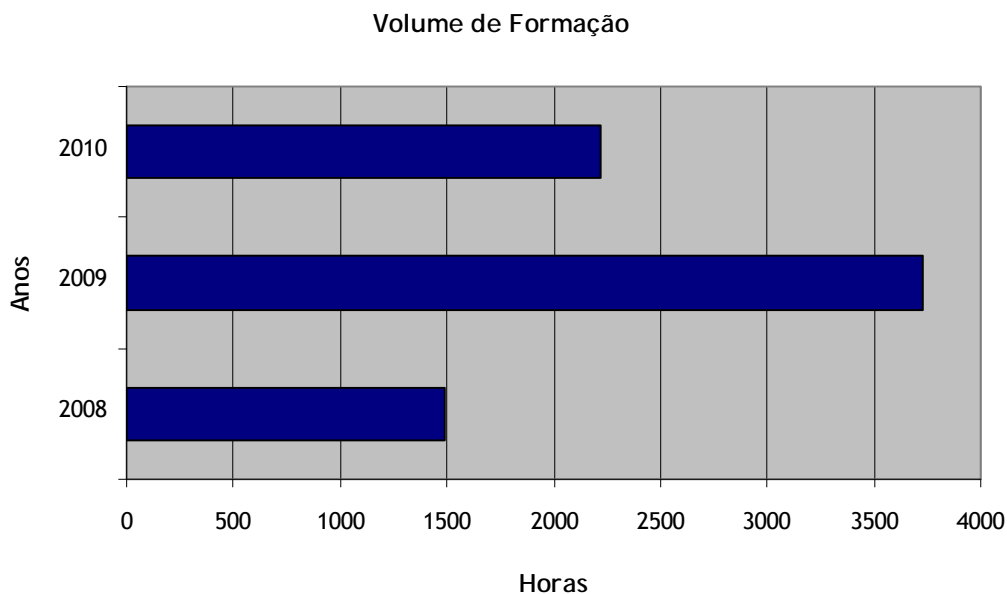
A evolução do total de horas de formação caracteriza-se da seguinte forma:

Indicadores	2008	2009	2010
Número total de horas de acção de formação	1.486	3.733	2.216
Número de acções	62	34	75
Número de formandos	315	62	188

Da análise do quadro supra apresentado, depreende-se que em 2010, o número de acções de formação, bem como, o número de formandos aumentou consideravelmente, quando comparado com o ano anterior.

O número total de horas de formação diminuiu de 2009 para 2010, justificado pelo aumento de acções de formação de curta duração em detrimento das de longa duração. De realçar, complementarmente, que as acções realizadas em 2010 abrangeram um maior número de destinatários.

Em termos gráficos, a evolução do volume de formação do efectivo da APA, S.A. desde 2008 até 2010, foi a seguinte:



5.3.2. Diversidade e igualdade de oportunidades

5.3.2.1. Por categoria funcional

Em 2009 e 2010, o número de efectivo manteve-se inalterado, com 113 colaboradores/as (79 homens e 34 mulheres), tendo-se, no entanto, verificado no ano de 2010 a saída de um colaborador afecto à categoria de profissionais altamente qualificados e qualificados e a contratação de um colaborador, pertencente aos quadros superiores (aspecto já abordado no ponto, 5.3.1.1.1).

	N.º de Trabalhadores					
	2008		2009		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	83	37	79	34	79	34
Dirigentes	3	0	3	0	3	0
Quadros Superiores	20	10	18	11	19	11
Quadros médios	2	2	2	0	2	0
Quadros intermédios	6	2	6	2	6	2
Profissionais Altamente qualificados e qualificados	40	13	42	12	41	12
Profissionais semi-qualificados	9	0	6	0	6	0
Profissionais não qualificados	3	10	2	9	2	9

5.3.2.2. Por faixa etária

Como se depreende da análise do quadro infra, a maioria dos efectivos encontra-se no intervalo de idades entre os 30 e 50 anos.

	N.º de Trabalhadores					
	2008		2009		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	83	37	79	34	78	34
Abaixo de 30 anos	0	0	0	1	1	1
Entre 30 a 50 anos	59	23	59	23	53	20
Acima de 50 anos	24	14	20	10	25	13

5.3.3. Direitos Humanos

5.3.3.1. Não - Discriminação

A 19 de Novembro de 2008, o Conselho de Administração da APA, S.A. aprovou o Código de Ética desta Administração Portuária, com a finalidade de tornar públicos os valores por que se rege e de entre os quais se destacam a não discriminação e a igualdade de oportunidades.

Por deliberação do Conselho de Administração em sua reunião de 30 de Dezembro de 2009 e no seguimento do Despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 6 de Novembro de 2009, foi alterada a denominação de Código de Ética para “Código de Ética e de Conduta”, dado este documento já materializar os desideratos propugnados no supra identificado Despacho ministerial.

Com efeito, a APA, S.A. compromete-se, pública e expressamente, a promover o respeito pela igualdade de oportunidades para todos/as os/as seus/suas actuais e futuros/as colaboradores/as. Princípios como a igualdade entre géneros, raças, religião, deficiência física, orientação sexual e política, são inteiramente defendidos pela organização.

Ainda no seguimento da não discriminação da qual se encontra intrínseca, é de realçar a participação em 2010 da APA, S.A., como já foi referido no ponto 5.3.1.3.3. no Projecto Gerir para a Igualdade (NUT III - Baixo Vouga).

5.3.3.2. Liberdade de Associação e acordo de negociação colectiva

A APA, S.A. não discrimina ou exclui os/as seus/suas colaboradores/as em função destes/as pertencerem a qualquer movimento associativo. Com efeito, 77% dos/as colaboradores/as da APA, S.A. é sindicalizada, encontrando-se representados nesta Administração Portuária, os seguintes sindicatos:

- SNTAP: Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias;
- SOEMMM: Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha Mercante;
- SITEMAQ: Sindicato dos Fogueiros de Terra e da Mestrança e Marinhagem de Máquinas da Marinha Mercante;
- OFICIAISMAR: Sindicato dos Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercantes;

- STE: Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

5.3.3.3. Trabalho Infantil

Nos procedimentos de recrutamento e selecção da empresa encontra-se expressamente excluída a possibilidade de recurso ao trabalho infantil.

Mais do que uma imposição legal que resulta da alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 421/99 de 21 de Outubro (não é admitido o recrutamento a trabalhadores/as com idade inferior a 18 anos) a APA, S.A. compromete-se não só a nunca empregar mão-de-obra infantil ou forçada, como não pactuará com tais práticas por parte de terceiros que lhe forneçam produtos ou prestem qualquer tipo de serviços (ponto 4.1.2 do seu Código de Ética e de Conduta).

5.4. Segurança

5.4.1. Plano de Emergência Interno (Safety)

Dentro da política de prevenção e segurança existente no Porto de Aveiro, cujo objectivo principal é reduzir o risco de acidente grave envolvendo substâncias perigosas que de alguma forma possam afectar pessoas, zonas ambientais sensíveis e vias de comunicação, foram em 2010 efectuados exercícios de simulação para aplicação dos respectivos Planos de Emergência Internos das empresas instaladas no Terminal de Granéis Líquidos. Os exercícios foram acompanhados por elementos da Divisão de Segurança da APA, S.A., que articularam com os responsáveis de segurança das empresas, os procedimentos de actuação em emergência.

Teve início no ano de 2010, o processo de revisão do Plano de Emergência Interno da APA, S.A.. A esta revisão está associada a alteração do actual sistema informático, por um novo sistema que entre outras funcionalidades, irá permitir facilitar a navegação e consulta de toda a informação do Plano de Emergência, apoiar a formação e a divulgação interna do Plano de Emergência. Estas novas funcionalidades, serão disponibilizadas por uma plataforma electrónica com ligação segura (HTTPS).

5.4.2. ISPS - International Ship and Port Facility Security Code

Foram realizados diversos exercícios de protecção no âmbito do Plano de Protecção das várias instalações portuárias.

Foi aprovado em Novembro de 2010, o Plano de Protecção do Porto de Aveiro pela Autoridade Competente para a Protecção dos Transportes Marítimos e dos Portos (ACPTM). O Plano de Protecção do Porto foi elaborado para garantir a aplicação de medidas destinadas a reforçar a protecção do porto, incorporando os planos de protecção das instalações portuárias existentes no seu perímetro.

5.4.3. Controlo do Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Porto de Aveiro, a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o primeiro serviço da APA, S.A. a entrar em contacto com os navios que

demandam o porto, mantendo desde o seu início oficial de funcionamento em Janeiro de 2009, um elevado nível de eficiência prestado pelos seus serviços de informação e de assistência à navegação em coordenação com o Departamento de Pilotagem.

5.4.4. Segurança e Higiene no Trabalho

A Administração do Porto de Aveiro, SA tem como principal objectivo na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a ausência de acidentes em todas as operações efectuadas nos terminais sob a sua área de jurisdição.

Para a concretização desse objectivo, teve início um programa que irá delinear com os principais intervenientes nas operações portuárias, as melhores soluções para a contínua promoção das condições de segurança nos locais de trabalho nos vários Terminais, procurando igualmente, através de boas práticas de segurança e higiene no trabalho, consolidar a qualidade da prestação de serviços do Porto de Aveiro.

6. Índice do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade

Referência GRI	Indicador	Página	Obs.
1. Estratégia e Análise			
1.1	Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	2;9	
1.2	Descrição dos principais impactes, riscos e oportunidades	5	
2. Perfil Organizacional			
2.1	Denominação da organização relatora	8	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	9;10	
2.3	Estrutura Operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	11	
2.4	Localização da sede social da organização	16	
2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório	12	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	8	
2.7	Mercados abrangidos	12	
2.8	Dimensão da organização relatora	16;17	
2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista		NA
2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório		NA
3. Parâmetros para o Relatório			
Perfil do relatório			
3.1	Período abrangido	19	
3.2	Data do último relatório publicado	2	
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	19	
3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo	19	

Âmbito e limites de enquadramento do relatório

3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	2;18;30	
3.6	Limite do relatório	2;18;30	
3.7	Limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	2;18;30	
3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint venture</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações		NA
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	-----	
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações		NA
3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados		NA

GRI CONTENT INDEX

3.12	Sumário do conteúdo da GRI	56	
------	----------------------------	----	--

Verificação

3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório		NA
------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	----

4. Governação, Compromissos e Envolvimento

Governação

4.1	Estrutura de governação da organização	21;22	
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governação também exerça funções de director executivo		NA
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do conselho do mais alto órgão de governação		NA
4.4.	Mecanismos que permitem a accionistas e funcionários transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	21;22	
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos e o desempenho da organização		ND
4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse		ND
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social		ND

4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	4;5 e 6
4.9	Processos do órgão de governação, hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	21
4.10	Processos para a avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social	ND

Compromissos com Iniciativas Externas

4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	ND
4.12	Cartas, Princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende	ND
4.13	Participação significativa em associações e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais	ND
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	24-28
4.15	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	24-28
4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas	ND
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	ND

5. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho Económico

EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	30-33
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas	ND
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	NA
EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	33;34

Presença no Mercado

EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	ND
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	ND

Impactes Económicos Indirectos

Relatório de Sustentabilidade de 2010

EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	ND
EC9	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão	ND
Indicadores de Desempenho Ambiental		
Materiais		
EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume	ND
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem	ND
Energia		
EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária	36;37
EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária de energia	36;37
EN5	Total de poupança de energia devido a melhoria na conservação e na eficiência	ND
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	ND
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas	ND
Água		
EN8	Consumo total de água, por fonte	37;38
EN9	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água	ND
EN10	Percentagem e volume de água reciclada e reutilizada	ND
Biodiversidade		
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	38-40
EN12	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	ND
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	ND
EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade	ND
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	ND
Emissões, efluentes e resíduos		
EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso	40

Relatório de Sustentabilidade de 2010

EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, assim como reduções alcançadas	ND
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	ND
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso	ND
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	38-40
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	41-43
EN23	Número e volume total de derrames significativos	41-43
EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da convenção de Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional	ND
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de uma forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial	ND
Produtos e Serviços		
EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	ND
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria	ND
Conformidade		
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	44
Transporte		
EN29	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários	ND
Geral		
EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo	45
Indicadores de Desempenho Social		
Emprego		
LA1	Discriminação da mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região	45-46
LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	45-46
LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	ND
Relações entre funcionários e administração		

LA4	Contratação colectiva	45	
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva		NA
Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional		ND
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	48	
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	50	
LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos		ND
Formação e Educação			
LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	50	
LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira		ND
LA12	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento da carreira		ND
Diversidade e igualdade de oportunidades			
LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	21;50	
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções		ND
Desempenho referentes aos Direitos Humanos			
Práticas de Investimentos e de aquisição			
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos		ND
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas		ND
HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação		ND
Não discriminação			
HR4	Número total de casos de discriminação e acções tomadas	53	
Liberdade de associação e acordo de negociação colectiva			

HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	53
Trabalho infantil		
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	54
Trabalho Forçado e Escravo		
HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NA
Práticas de Segurança		
HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações	ND
Direitos dos Povos Indígenas		
HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos povos indígenas e acções tomadas	NA
Desempenho social referente à Sociedade		
Comunidade		
S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada	ND
Corrupção		
S02	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	ND
S03	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização	ND
S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	ND
Políticas Públicas		
S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	ND
S06	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país	ND
Concorrencial Desleal		
S07	Número total de acções judiciais por concorrência desleal antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	ND
Conformidade		
S08	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	ND
Desempenho referentes à responsabilidade do produto		
Saúde e Segurança do Cliente		
PR1	Ciclo de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos	ND
PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND
Rotulagem de produtos e serviços		
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	ND

Relatório de Sustentabilidade de 2010

PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários, relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	ND
PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente	ND

Comunicações e Marketing

PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio	ND
PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	ND

Privacidade do cliente

PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	ND
-----	----------------------------------------------------------------------------------------	----


Conformidade

PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	ND
-----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

NA - Indicador não aplicável à organização

ND - Indicador cuja informação não se encontrava disponível para a elaboração deste relatório

Nível de Aplicação do GR

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declaração		---	---	---	---	---
Verificado por entidade externa	---	---	---	---	---	---
Verificado pelo GRI	---	---	---	---	---	---

7. Glossário e critérios de cálculo dos indicadores

7.1. Glossário

Arqueação Bruta (GT) - Medida do volume total de uma embarcação.

Ausências - referem-se a qualquer tipo de não comparência a um período normal de trabalho a que o colaborador está vinculado.

Biodiversidade - conceito que abrange a variedade das espécies biológicas, a diversidade genética numa dada espécie e a diversidade dos ecossistemas.

Carga fraccionada - carga apresentada em avulso, acondicionada em embalagens (ou não).

Carga geral - carga acondicionada em unidades avulsas (exemplo: caixotes) podendo ser posteriormente contentorizada.

Carga Ro-Ro - carga que se encontra acondicionada em reboque ou semi-reboque que entra ou sai do navio que a transporta por mar.

Diuturnidades - são uma forma de remunerar o tempo de serviço numa dada categoria, no pressuposto que essa permanência constitui uma mais valia de experiência e de produtividade, que deve ser compensada.

Fracções recicláveis - grupos de resíduos recolhidos separadamente e passíveis de serem reaproveitados, mediante transformação, permitindo a sua utilização para o fabrico de novos materiais.

Granéis - carga que, possuindo características uniformes, não é susceptível de contagem unitária e não se apresenta embalada.

Hinterland - zona de influência em toda a área industrial e comercial interior ligada ao porto e por ele servida.

Não-Conformidade - Não cumprimento de um requisito legal.

Reputação duvidosa - assegurar o cumprimento das obrigações fiscais e com a Segurança Social por parte dos fornecedores a quem são adjudicados fornecimentos de bens e serviços.

Terminal - instalações especializadas para a movimentação de cargas, passageiros, contentores, etc.

Partes interessadas - entidades, individuais ou colectivas, que de alguma forma afectam ou são afectadas pelo desempenho da organização.

PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

Z.H. - Zero Hidrográfico - Plano de referência situado a 2 metros abaixo do nível médio do mar.

7.2. Critérios de cálculo

7.2.1. Indicadores Económicos

Autonomia Financeira - rácio que possibilita verificar a percentagem do activo que se encontra a ser financiado pelos capitais próprios, resulta do quociente entre os capitais próprios e o activo total líquido.

Resultado Líquido - resulta da soma do Resultado Operacional, Financeiro e Extraordinário, deduzido do Imposto sobre o Rendimento, fazendo a ligação entre o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Resultado Operacional - Resultado gerado pela actividade principal da empresa, sendo obtido pela diferença entre as prestações de serviços e os custos operacionais (custos com o pessoal, amortizações, fornecimentos e serviços externos, entre outros)

7.2.2. Indicadores Ambientais

Consumo de energia - foram somados os consumos directos - combustível (gasóleo e gasolina) da APA, S.A. e calculados os consumos indirectos, através da medição da energia fornecida pela EDP, ainda que parte desta tenha sido distribuída aos diferentes utilizadores da área portuária e, portanto, não directamente consumida pela organização.

Total de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) - a partir dos consumos de energia obtidos foram calculadas as emissões equivalentes de CO₂, tendo por base as orientações para a monitorização e a comunicação de informações relativas às emissões de gases com efeito de estufa”, publicadas na Decisão da Comissão de 2007/589/CE, de 18 de Julho, e a partir do factor nacional de emissão para a electricidade gerada, constante da portaria n.º 63/2008 de 21 de Janeiro.

Consumo de água - índice calculado com base nas medições totais dos contadores dos diferentes furos próprios de captação de água para consumo humano, bem como nas leituras dos contadores municipais de água. Os consumos de terceiros foram obtidos através das leituras dos respectivos contadores e o consumo da APA, S.A. foi estimado pela diferença entre o volume total e os consumos de terceiros. Não foram considerados os consumos de água para emergência, provenientes de furos de captação com água salobra e sem utilização regular.

Resíduos - as quantidades de resíduos foram calculados com base nas quantidades removidas no ano. Os resíduos foram divididos em resíduos perigosos e não perigosos, conforma a classificação constante da Portaria n.º 209/2004, de 3 de Março. Dentro destas categorias, os resíduos foram ainda separados em função do destino final - eliminação ou reciclagem.

Risco de derrame - este indicador é definido em função do grau de significância dos derrames ocorridos e dos efeitos no meio receptor adjacente. De modo a classificar os derrames que ocorreram, recorreu-se às definições constantes da Resolução do Conselho de Ministros 25/93, de 15 de Abril, designadamente, dos graus de prontidão e das entidades responsáveis pela actuação em função do grau definido. Os derrames de 2008 a 2010 foram classificados como 4.º grau de prontidão, pequenos derrames de âmbito muito localizado, de impactes reduzidos e combatidos com os meios locais.

7.2.3. Indicadores Sociais

Taxa de Absentismo - Corresponde a todas as ausências (excepto férias e licenças), e é determinada pela percentagem do número total de faltas relativamente ao número de dias úteis de trabalho, num determinado período de tempo.

Índice de formação - quantifica a carga horária de formação (cursos organizados que visam a aquisição de conhecimentos e aptidões exigidos para o exercício de funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer atividade económica), pelo total de trabalhadores por categoria.

Evolução do Efectivo - Evolução do número do efectivo ao longo dos últimos três anos.

Efectivo por categoria funcional - Corresponde à repartição dos efectivos por categoria funcional.

Acidentes de Trabalho com baixa - Corresponde à soma dos acidentes de trabalho que implicaram baixa médica. Estão contemplados três intervalos de baixa médica, de 1 a 3 dias, de 4 a 30 dias e mais de 30 dias.

Acidentes de trabalho sem baixa - Resulta da soma dos acidentes de trabalho que não implicaram baixa médica, ou incapacidade.

Efectivo por faixa etária - evolução do número de efectivos por faixa etária durante os três últimos anos. São consideradas três faixas etárias, inferior aos 30 anos, entre os 30 e 50 e superiores aos 50 anos de idade.

Motivos de ausência - identificação da quantidade de ausências por motivos que estão na origem do absentismo, comparando-os com os últimos três anos em análise. São contemplados alguns motivos, como acidentes de trabalho, doença, doenças profissionais, suspensões disciplinares, assistência inadiável, maternidade / paternidade e outras causas.